



1290001912



FE

ROSELAINÉ MATOSO HENNES

TCC/UNICAMP H3921

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE UM GRUPO DE PAIS SOBRE O
TRABALHO DOS PROFESSORES**

CAMPINAS

2004

Bib. 345729

UNIDADE.....	F.E.
Nº CHAMADA:	TCC UNICAMP
	H392 IV
V.....	19/12
TORNE.....	86/2005
PRO.....	X
C.....	20/11/00
PREÇO.....	02/04/05
DATA.....	
Nº CPD.....	

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

H392r Hennes, Roselaine Matoso.
Representações sociais de um grupo de pais sobre o trabalho dos
professores / Roselaine Matoso Hennes. -- Campinas, SP: {s.n.}, 2004.

Orientador : Guilherme do Val Toledo Prado.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Educação.

1. Representação social. 2. Pais e professores – Relações. 3. Trabalho. 4.
Professores – Formação. 5. Ensino. I. Prado, Guilherme do Val Toledo. II.
Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

04-235

ROSELAINÉ MATOSO HENNES



1290001912



FE

TCC/UNICAMP H392r

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE UM GRUPO DE PAIS SOBRE O
TRABALHO DOS PROFESSORES**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como exigência parcial para obtenção do título
de Licenciatura em Pedagogia na Faculdade de
Educação da UNICAMP, sob a orientação do
Professor Dr. Guilherme do Val de Toledo
Prado**

H18 9090000
5

**Campinas
2004**

Meus sinceros agradecimentos...

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, sem o qual todo o meu esforço seria em vão, a todos aqueles que torceram por mim, em especial ao meu marido Hilton pelo seu companheirismo e dedicação nesses quatro anos de minha luta em formar-me pedagoga.

Aos meus filhos: Lucas e Isabela que por inúmeras vezes, me pediram atenção e carinho e eu atarefada com leituras e trabalhos, não pude corresponder do modo como gostaria.

Agradeço aos meus pais, por despertarem em mim força de vontade para ir em busca de meus sonhos, acreditando no meu potencial e determinação.

Aos meus sogros, meu muito obrigado, pelas inúmeras vezes que ficaram com meus filhos para que eu pudesse estudar.

Ao grupo de pais, que gentilmente responderam ao questionário solicitado para a realização desta pesquisa.

Minhas ‘manas’ Alexandra e Roseane que muito me auxiliaram a desvendar os “mistérios do computador”.

Para as minhas amigas de trabalho e de faculdade: Cidinha, Simone, Rosemeire, Cássia e Michele valeu pela amizade de todos esses anos!

E ao meu orientador Profº Guilherme, por conduzir-me ao caminho da pesquisa e da reflexão, despertando em mim, a professora pesquisadora que por ora esteve escondida...

Roselaine Matoso Hennes

SER PROFESSOR...

Ser professor é uma tarefa difícil
Que exige muita dedicação
Não é aquela 'profissãozinha' fácil
Que qualquer um faz não.

Ser professor é assumir um compromisso
É ensinar e aprender;
É ser feliz com tudo isso
E jamais se arrepender.

Ser professor...
É ser aquele que de nós quer a educação;
É ser um grande educador
É ser um alguém sincero, querendo exercer sua profissão.

Parabéns pelo seu dia,
O Dia do Professor !
Que tenha muita alegria,
Muita paz e amor.

Poesia criada por uma aluna da E.M.E.F do "Jardim Adelaide" em homenagem ao Dia do Professor (2003).

SUMÁRIO

I - Introdução.....	6
II - Um pouco de mim.....	8
III - A nova escola : expectativas.....	12
IV - Problemática.....	15
V - Representações Sociais.....	18
VI - Do mestre-escola à professora.....	21
VII - Feminização do Magistério.....	27
VIII - Representações Sociais construídas pelo grupo de pais sobre o trabalho dos professores.....	37
IX - Conjecturas acerca das representações construídas pelo grupo de pais sobre o trabalho dos professores.....	58
X - Considerações Finais.....	62
XI – Referências Bibliográficas.....	65

I - INTRODUÇÃO

O reconhecimento da Educação como sendo direito de todos os indivíduos de uma determinada sociedade e sua universalidade no tempo e no espaço, não impedem que existam diferentes maneiras de concebê-las e realizá-las.

A própria vida em sociedade que é dinâmica, requer que as pessoas aprendam o tempo todo. Isso se torna compreensível, devido o fato de que o Homem se produz pelo trabalho, que é uma atividade consciente de transformação da natureza e da construção de si mesmo.

O presente estudo tem por objetivo compreender o trabalho do professor em sua prática educativa, a partir das representações sociais. Representações estas expressas por um grupo de pais da escola em que trabalho como professora na E.M.E.F do “Jardim Adelaide”, no município de Hortolândia.

Esta pesquisa buscou compreender os modos como os pais, que representam uma parcela da sociedade atribui uma representação valorativa ao trabalho que desempenha o professor em sala de aula.

A primeira parte descreve a problemática que orientou o trabalho, bem como seus objetivos e a metodologia empregada para se obter os resultados da pesquisa.

No quadro teórico, fez-se uma análise sobre a concepção de representação social, apoiada na teoria moscoviciana a fim de poder compreender melhor as respostas dos pais.

Em seguida buscou-se explicitar a formação do professor desde o início do século XIX, passando pela feminização do magistério, como forma de compreender as transformações e também as semelhanças que representaram e ainda representam muito do trabalho do professor nos dias atuais.

Com base na teoria estudada para esta pesquisa entre outros autores, analiso as representações feitas pelo grupo de pais sobre o trabalho dos professores.

A seguir, exponho minhas conjecturas sobre o conjunto das representações feitas pelo grupo de pais, partindo de minhas compreensões enquanto professora reflexiva.

E por último minhas considerações finais, seguidas da bibliografia utilizada para orientar a pesquisa.

II - UM POUCO DE MIM...

Sempre tive a pretensão de ser professora, desde os tempos de infância, por isso brincar de “escolinha” para mim era uma possível realização de sonhos futuros.

Vivia brincando de escolinha sozinha em casa e como não tinha lousa para escrever, rabiscava toda a porta do meu quarto, o que de fato deixava meu pai muito zangado. Ele me fazia limpá-la inteirinha, mas quando voltava para seu trabalho, lá estava eu rabiscando tudo novamente.

Eu estudava em uma Escola Pública muito bem conceituada pela comunidade, localizada e freqüentada por alunos de classe média. Eu morava distante e caminhava por muito tempo para chegar até ela, mesmo assim era a única mais próxima à minha casa.

Eu amava e ao mesmo tempo odiava aquela escola, amava o recreio por suas brincadeiras e a biblioteca pelo encanto de seus livros. Talvez aquele fosse o lugar em que me sentia melhor, pois ali todos os sentimentos misturavam-se dentro de mim: medo, alegria, tristeza, frustração e paixão através das leituras que realizava e da possibilidade de sonhar.

Mas odiava o banheiro das meninas com medo dos fantasmas que os garotos inventavam para nos assustar, aliás, até hoje inventam histórias assombrosas sobre este lugar.

Nunca fui a primeira aluna da classe confesso, mas sempre me esforcei para atingir os objetivos propostos pela mesma, embora às vezes me sentisse sozinha dentro dela.

A verdade é que o tempo passou e o que restou foi muitas saudades daquela escola, dos amigos, das professoras. Ah! Lembrar-me novamente destas professoras é muito bom principalmente porque sempre existe aquela professora especial que marca nossa infância, pelo jeito de se vestir, falar, de se comportar e de se relacionar com os alunos. Eu tive uma professora especial, aquela amiga que conversava de outros assuntos e não somente sobre ‘lições’ de casa e de classe, embora também tivesse importância, mas, ela perguntava sobre

minha vida e ainda me acompanhava até um certo ponto do caminho para casa. Ela é aquela professora para se guardar com carinho na alma e no coração.

Estudei nesta escola até a 4ª série, quando me mudei para o estado do Mato Grosso do Sul onde cursei a 5ª série. A vontade de ser professora que existia dentro de mim até então, havia adormecido talvez pelo fato de estar vivendo uma outra fase de minha vida. Um ano depois retornei ao estado de São Paulo, vindo morar na cidade de Campinas em um bairro de classe média, novamente em uma escola estadual e bem conceituada pela comunidade.

Nesta escola, cursando a 6ª série do 1º grau, conheci meu futuro marido que era filho, sobrinho e neto de professoras e foi a partir daí que vi novamente meu sonho de ser professora renascer em mim.

Nesta família recebi muito incentivo para seguir meu sonho e cursar o magistério. Em busca da concretização deste sonho, prestei o “vestibulinho” e passei, entrando para cursar o magistério no Colégio “Carlos Gomes”.

Trabalhando durante o dia e estudando a noite, seguia firmes meus propósitos. Através dos estágios que fiz como parte integrante do currículo do curso, pude entrar em contato com o mundo da escola, dos profissionais que nela atuam e principalmente com as crianças, o que me deixava fascinada!

Ouvia muitos comentários por parte das professoras dos estágios se estaria eu realmente preparada para esta profissão, que não era fácil, que o salário não compensava, que as cobranças eram muitas e que eu sendo ainda jovem e bonita segundo elas, poderia ter qualquer outra profissão, menos professora. Não compreendia muito bem o porque, porém, minha vontade continuava a de ser professora.

Não desanimei, continuei estudando e lutando por aquilo que eu acreditava.

Antes mesmo de concluir o magistério, precisei mudar de instituição por questões particulares e percebi estar desamparada pela metodologia utilizada e pela direção do trabalho pedagógico, que na minha concepção deixou muito a desejar em minha formação enquanto professora.

Mesmo assim, o desejo de me formar era maior que a minha insatisfação com a instituição. No mesmo ano em que mudei de instituição (1.994), fui contratada como ACT (Admitidos em Caráter Temporário) pela rede estadual de ensino, numa época em que a falta de professores para lecionar no Ensino de 1º grau era gritante. Embora não estivesse formada no magistério, cursava ainda o 3º ano, aceitei sentindo uma espécie de medo misturado à euforia. De fato iria ver meu sonho se concretizar, trabalhando com adolescentes (5ª à 8ª série) ministrando aulas de História e Geografia em um bairro de periferia no município de Hortolândia.

Para quem nunca havia dado aulas e ouvia falar horrores daquele bairro, poderia ser um desastre! E eu, já nesta época casada aos 20 anos e mãe aos 18 anos, vi naquele trabalho a chance de realizar dois sonhos: a de ser professora e de poder auxiliar na renda familiar.

Naquele ano tudo foi novo para mim junto aos alunos. Acredito que mais aprendi do que ensinei ou ambos. A valorização e o respeito que aquela comunidade foi depositando em meu trabalho no decorrer do ano letivo, me fizeram desconstruir toda aquela imagem que eu tinha das pessoas que ali viviam. Foi um ano de muita aprendizagem e de luta para ver concretizado os meus ideais.

É certo, porém, que alguns pais inicialmente desconfiavam da minha capacidade profissional por eu ser muito jovem e, a bem da verdade, alguns alunos eram até mais velhos do que eu, mas à vontade que eu tinha de ser professora me fazia estudar os conteúdos antecipadamente, a pesquisar e a planejar as possíveis atividades que poderiam auxiliar-me de forma simples e objetiva nas explicações e na compreensão por parte dos alunos.

Desta forma fui adquirindo confiança em meu trabalho, a admiração e a amizade dos alunos e também a credibilidade dos pais que viram as mudanças no rendimento escolar de seu(s) filho(s), antes desmotivados pela constante troca de professores.

A verdade é que nem todo começo de carreira é glorioso! É preciso coragem e determinação para superar os obstáculos que se interpõem em nossa caminhada, e o professor bem sabe disso! Ser professor nos dias atuais se torna um desafio constante, dada às condições estabelecidas para o exercício da função.

No ano seguinte, trabalhei paralelamente como professora na rede estadual de ensino como também na rede privada em Hortolândia, atuando como professora de 2ª série na rede estadual e com Jardim I e demais séries na rede privada. Foram cinco anos de dedicação e muito trabalho que se esvaíram em 1.998, quando fui dispensada dos dois empregos: na rede estadual porque não havia mais substituição por conta da municipalização das escolas e da rede privada pela falta de alunos matriculados em consequência também da municipalização das escolas estaduais.

O fato é que quase todas as escolas de Hortolândia foram e continuam sendo municipalizadas e a chance que eu teria em continuar trabalhando naquele município seria prestando o concurso e passando, foi o que eu fiz!

Ao conseguir uma vaga de professora efetiva, realizei outro sonho que era o de ter um emprego estável. Iniciei trabalhando com uma sala de Jardim I em Educação Infantil, mas como minha vontade era de trabalhar com turmas de 1ª à 4ª série e, por consequência, do salário da Educação Infantil ser inferior ao da Educação Fundamental, tentei ao final do ano uma remoção e consegui uma sala de 4ª série na E.M.E.F do “Jardim Adelaide”, no ano 2000.

III - NOVA ESCOLA: EXPECTATIVAS

A E. M.E.F do “Jardim Adelaide” (Escola Municipal de Educação Fundamental do “Jardim Adelaide”), chamada assim pelo nome do bairro, localizada em um bairro de classe média baixa, havia sido municipalizada naquele ano, embora a comunidade tivesse apresentado em consonância ao corpo de professorado daquela instituição, uma resistência mediante passeatas pelo bairro para que isso não ocorresse. O fato é que de nada adiantou, a escola antes estadual agora era municipalizada e nós professores recém-chegados deveríamos estar preparados para superar as eventuais dificuldades que todo aquele processo instalaria.

A escola hoje, reformada e atendendo um total de mais de 600 alunos, contava anteriormente com oito salas, sendo duas de madeiras e as demais de alvenaria, a sala da diretoria que comportava também a secretaria e a coordenação, a sala dos professores juntamente com uma biblioteca improvisada, a cozinha, o refeitório, uma cantina, os banheiros femininos e masculinos para uso dos alunos, como também o dos funcionários e uma quadra sem cobertura.

Atualmente reformada, fruto da luta de professores, direção e comunidade, a escola compreende nove salas destinadas às aulas, uma sala para Grupo de Apoio (reforço escolar), uma sala para realização dos Projetos oferecidos pela rede municipal (Teatro, Brinquedoteca e Xadrez), uma sala de vídeo, uma biblioteca, sala dos professores, diretoria, secretaria, coordenação, banheiros para uso dos alunos, como também dos funcionários, cantina, refeitório, cozinha e quadra coberta.

Os Projetos Brinquedoteca, Teatro e Xadrez são oferecidos em horário oposto à aula, com professores capacitados para o desenvolvimento dos cursos.

Tanto eu quanto todos os outros professores e direção da escola, sabíamos da grande responsabilidade que teríamos em mãos por consequência da municipalização frente à

comunidade, já que esta convivera por tanto tempo, tendo a educação de seus filhos representada pelas mãos do Estado e de repente vê-la concentrada nas mãos do município.

Os receios da comunidade se apresentavam por conta do novo, do inesperado, daquilo que ainda não conheciam e por isso, precisariam de cautela para melhor se habituar ao que de fato, já era um dado-a municipalização da então, E.E.P.G do “Jardim Adelaide” em E.M.E.F do “Jardim Adelaide”.

Quem seriam os novos professores deste novo processo? E como seria seu trabalho na educação de seus filhos? E a direção que agora estaria à frente da escola, como iria tratar a comunidade?

Logo na 1ª Reunião de “Pais e Mestres” percebemos os olhares ressabiados dos pais sobre nós e nós também nos sentíamos assim, pois os pais queriam saber se estas mudanças representariam uma melhoria na qualidade de ensino oferecida até então pela escola estadual aos seus filhos.

Como ficaria a questão da aprovação agora por ciclos de aprendizagem (neste caso, a reprova acontece somente na 2ª e 4ª série) na escola municipal deste município, o uniforme, os conteúdos, as avaliações? Enfim, era preciso saber lidar com todas aquelas questões que tanto eram novas para mim quanto para os pais.

Passados os contratempos iniciais, o ano transcorreu, na medida do possível, com os pais mais tranquilos com a questão do ensino, a escola solicitando cada vez mais a participação dos pais em festas, Conselho de Escola, Reuniões de “Pais e Mestres”, embora no início tivéssemos um pouco de dificuldades para fazer com que estes pais comparecessem às reuniões, o que nos fez pensar como deveriam ser as reuniões quando a escola ainda era estadual. Aos poucos os pais foram voltando para as atividades da escola e até elogiando o nosso trabalho, o que nos causava imensa satisfação.

A escola foi adquirindo assim, credibilidade e valorização pela comunidade, que viu em nosso trabalho a tentativa de melhorar a qualidade do ensino, sem antes desconsiderar o valor da escola estadual que fora antes e dos profissionais que nela atuaram.

Os anos sucederam-se e fui percebendo ao longo dos meus 10 anos de magistério, a valorização do meu trabalho pelos pais e pela direção da escola. Os elogios, como também as críticas, me fizeram refletir e rever práticas do meu próprio trabalho, levando-me a acreditar cada vez mais em mim e na possibilidade de ser uma professora que pode e deve fazer a diferença na educação e na comunidade em que atua.

A necessidade de uma melhor formação profissional que me desse suporte para continuar realizando um bom trabalho segundo a avaliação da comunidade, me fizeram ir a busca de um outro sonho: cursar a faculdade de Pedagogia!

Mas como cursar uma faculdade privada com o que eu ganhava? Uma faculdade pública estava longe dos meus sonhos pela dificuldade em conseguir uma vaga, já que se torna tão disputada. Via meu sonho escapando de minhas mãos como se fosse areia sem nada poder fazer, talvez algum dia...

Através da preparação de um curso pela Faculdade de Educação da Unicamp, voltado exclusivamente aos professores em exercício do magistério, foi possível a concretização de mais esse sonho.

A busca agora seria por uma compreensão mais teórica da minha prática, dos modos de agir, pensar, ser, fazer, saber-fazer.

As leituras, as discussões, as reflexões acerca dos temas estudados durante o curso, permitiram-me desconstruir e reconstruir saberes e práticas impregnados de histórias, cotidiano, vivências e representações que só me ajudaram a reconhecer-me mais e mais enquanto a educadora que sou, sem desmerecer aquilo que me tornou, mas tornar-me melhor e ter a consciência que isso é só o começo...

IV - PROBLEMATIZAÇÃO

A questão que suscitou a pesquisa e posteriormente uma reflexão é o fato de que se criou uma espécie de “exigência e preferência” pelos pais em minha comunidade em querer saber quem será o (a) próximo (a) professor (a) que lecionará no ano seguinte para seu(s) filho(s). Esses questionamentos, comentários até mesmo no portão da escola, causam constrangimento aos professores, talvez pelo fato da escola ser pequena e da comunidade estar sempre presente nas atividades solicitadas, permitiram a construção de um olhar avaliativo e muitas vezes taxativo dos pais sobre o trabalho dos professores nesta comunidade.

Segundo Soares (apud Fontana, 2000) “*O processo em que alguém se torna professor(a) é histórico, mesmo sem pretender*”. (p.48). A autora enfatiza que os indivíduos se fazem professores, apropriando-se das vivências práticas e intelectuais, de valores éticos e das normas que regem o cotidiano educativo e as relações no interior e exterior do corpo docente.

Sendo assim, acredito que cada profissional e em especial o professor tem seu modo particular de se apropriar dos saberes escolarizados e de se relacionar com eles dentro e fora do ambiente escolar. Acredito que existem maneiras particulares de ser professor e de realizar sua prática no cotidiano.

Durante os cinco anos em que atuo como professora nesta escola, muitas são as indagações que tem permeado a minha compreensão e uma delas se traduz em compreender a maneira como os pais têm captado as imagens acerca do trabalho do professor atualmente, quais as representações sociais que fazem sobre o seu trabalho e quais os critérios e valores dos pais na avaliação do que seja um “bom professor?”.

Essas questões me levaram ao estudo e reflexão do tema que enreda o título deste trabalho sobre: “Representações sociais de um grupo de pais sobre o trabalho dos professores”.

Para que esta reflexão pudesse ser realizada, a análise foi desenvolvida mediante o envio de um questionário a um grupo de 34 pais da sala a qual leciono (2ª série), com a seguinte questão:

Como os senhores têm compreendido atualmente o trabalho do professor em sala de aula?

Esta pesquisa procurou pautar-se sobre as representações que um grupo de pais fazem acerca do trabalho do professor, na intenção de compreender os modos como são captadas as imagens do professor no ambiente escolar e na função que exerce.

Para que se compreenda o modo como são captadas as imagens do professor em sua prática educativa pelo grupo de pais, aproprio-me, então, das representações sociais com base no trabalho do autor Serge Moscovici (1978) e Mary Rangel (1993), como forma de subsidiar minha pesquisa.

Através da visão cuidadosa da autora Heloísa Villela (2003), que analisa o modo como se deu a profissionalização docente no Brasil ao longo da história, e na contribuição da autora Vânia Fortes de Oliveira (2000), foi possível analisar o processo da feminização do magistério, que mudou o perfil do professor primário praticamente em todo o Ocidente, trazendo consigo a questão da desvalorização social e financeira da profissão, pautadas na discriminação da mulher da sociedade e no exercício da função.

Através da contribuição das autoras como Neri Aparecida de Souza (1996) e Roseli Cação Fontana (2000), foi possível compreender como nós professores, fomos nos constituindo em quanto professor e nos apropriando da prática docente por meio do cotidiano.

Com a contribuição da autora Márcia Maria Sigrist Malavazi (2000), buscou-se compreender o modo como a família atribui valor as atividades da escola, através de suas representações sociais formais e informais.

Paulo Freire (1993) e Isabel Cunha (1989), propiciaram uma reflexão profunda sobre professor e sua prática educativa entre outros autores utilizados nesta pesquisa para o enriquecimento de minha reflexão e conseqüentemente a do leitor.

V - REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

O conceito de representação social, tema abordado por vários autores, como Weber (1996), Kanaane (1989), Rangel (1999), Moscovici (1978), apresenta tanto pontos de divergências quanto de concordância; as definições utilizadas neste trabalho serão aquelas que melhor se enquadram nos objetivos da presente pesquisa que se refere a compreender quais as representações sociais que os pais fazem acerca do trabalho dos professores na prática educativa.

Na perspectiva da Psicologia Social, o homem é concebido como um ser social, que se constitui mediante um processo de interação. A linguagem de forma verbalizada ou não repassam significados através de um processo de comunicação socializada. Dessa forma, as normas, regras e concepções da sociedade vão sendo internalizadas pelo indivíduo.

Para Moscovici (1978) o homem não absorve os conteúdos tais quais lhe são repassados e sim os reformulam quando com eles se deparam. Essa reformulação ocorre principalmente devido ao fato de o indivíduo ser ativo e não meramente passivo diante do mundo. Ele pode às vezes simplesmente reproduzir os significados recebidos, mas em outras, a apropriação que faz da realidade passa por um processo de reorganização dos significados que lhes foram fornecidos.

O processo de construção das representações se dá no espaço público onde indivíduos pensam em conjunto com outros indivíduos, e que se denomina de sistema de pensamento. É um saber do senso comum, socialmente elaborado e partilhado, com uma visão prática de entendimento do mundo e concorrendo para a construção de uma realidade de um conjunto social.

Sobre a influência das representações, Moscovici (1978) observa:

...Elas determinam o campo das comunicações possíveis, dos valores ou das idéias presentes nas visões compartilhadas pelos grupos, e regem, subsequente, as condutas desejáveis ou admitidas (p.51).

As representações sociais constituem construções individuais de um sistema mais ou menos coerente de percepções, imagens, atitudes, informações. Estas construções seguem uma lógica e uma linguagem particular e são umas maneiras de pensar a realidade cotidiana, bem como uma forma de conhecimento social que expressa e constrói uma visão de realidade. (PINTO, 1997).

“O procedimento clássico para o estudo de uma representação social consiste no uso de material discursivo, seja por meio de entrevistas, questionários, seja mediante discursos já cristalizados em obras literárias, documentos, jornais, revistas ou gravações de rádio e televisão”. (SALLES apud PINTO, 1997:26).

Cada indivíduo então, é um pensador ativo, pois produz e comunica incessantemente sua própria representação e solução específica para as questões que coloca a si mesmo, portanto, as representações sociais são construídas em qualquer lugar e em qualquer momento. Enfim, fazem parte da vida em sociedade.

Para Weber (apud Pinto, 1997), as representações sociais expressam-se nos contextos dos quais emergem, nas comunicações pelas quais circulam, dessa forma os indivíduos criam e recriam a realidade social de modo intermitente e, ao fazê-lo, “(...) contribuem para amalgamar visões reconhecidas, pontos de vista em formação críticas, contestações, perspectivas de futuro” (Pinto, 1997:47).

Os estudos sobre representações sociais procuram analisar o processo de apropriação do mundo pelo homem, sendo a expressão entendida como o processo de assimilação da realidade pelo indivíduo, fruto de um processo de integração, um sistema de idéias, teorias ou corpos de conhecimento socialmente compartilhado por determinado grupo.

Sendo assim categorizadas, as representações servem como esquema de classificação e condicionam nossa maneira de pensar e agir; relacionadas também à linguagem, ao nível simbólico e ao imaginário.

Segundo Moscovici (apud Pinto, 1997), a representação que temos do mecanismo psíquico afeta a maneira através do qual nós interpretamos as informações que recebemos a respeito das pessoas e da maneira de avaliá-las.

O ser humano tem a necessidade de selecionar em sua mente fatos, imagens, objetos, situações e representações segundo sua história pessoal e principalmente por sua bagagem cultural.

Desse modo, o tipo de formação de cada pessoa, o grupo social a que pertence, sua aptidão e predileção fazem com que sua atenção se concentre em determinados aspectos da realidade, desviando-se de outros (LUDKE & ANDRÉ, 1986:25).

A representação social segundo Moscovici (1978) não deve ser compreendida tão somente numa contextura psicológica autônoma, mas também como algo que faz parte da própria sociedade e de nossa cultura. Dessa forma, a representação social constitui como uma das vias de apreensão do mundo concreto pelo homem, através das imagens e opiniões comumente apresentadas, traduzindo a posição e a escala de valores de um indivíduo ou de uma coletividade.

Essas representações fazem com que o mundo seja o que pensamos que ele é ou deve ser.

Um dos objetivos deste trabalho foi apreender as representações sociais que um grupo de pais fazem acerca do trabalho docente e como esse trabalho pode traduzir-se em expectativa de qualificação profissional.

O grupo de pais utilizado para o estudo deste tema, foram informados sobre os objetivos da pesquisa e de que as informações seriam utilizadas aos fins que se destina, sendo que o grupo ficaria sob sigilo.

Torna-se necessário ressaltar, que as representações sociais sobre o trabalho do professor realizado pelo grupo de pais podem sofrer influência também do lugar que ocupo nesse grupo social, enquanto pesquisadora de um tema que também se reporta a mim como professora que sou.

VI - DO MESTRE- ESCOLA À PROFESSORA

Por um período de aproximadamente duzentos anos, os primeiros educadores no Brasil, foram em sua maioria os jesuítas, consagrados como “donos” de uma organização forte e centralizada. A educação era vista como missão por sua ação pedagógica e evangelizadora, servindo aos interesses do Estado por muito tempo.

Com a expulsão da Companhia de Jesus dos domínios portugueses, após séculos de predominância na nossa educação, fazem com que se inicie nesta colônia, um processo de laicização da instrução com o envio dos professores régios.

Villela (2003), aponta que no início do século XIX, a figura do professor (mais conhecida como mestre-escola), estava atrelada à disciplina e a ordem moral, mais do que a própria instrução em si. Sua aula estava regada ao disciplinamento moral conseguido por meio do uso indiscriminado da palmatória, seu instrumento de trabalho.

Mesmo o mestre-escola utilizando-se deste recurso para manter o silêncio e a ordem moral, este era bem visto pela sociedade, que não media esforços para que seus filhos tivessem formação nos estudos das letras e da aritmética calcadas no disciplinamento.

O quanto mais disciplinador fosse o professor, mais este obtinha prestígio perante a sociedade estabelecida naquela época. A qualidade do trabalho do mestre-escola era medida pela ordem e bons costumes que estabelecia em sala.

Embora Portugal tivesse sido o pioneiro nas reformas de laicização do sistema escolar que marcaram a Europa, ainda assim, demonstrava um sistema bastante precário de instrução.

Segundo Villela (2003), os três séculos da época moderna são marcados, no ocidente, por um longo processo de produção de uma nova “forma escolar” em detrimento dos modos antigos de aprendizagem.

Ocorre assim, uma transição de uma sociedade em que a educação se faz por impregnação cultural, para uma sociedade munida de um sistema complexo de ensino estatal.

Mesmo com essa transição, por muito tempo ainda, iriam conviver várias formas de transmissão de conhecimentos e várias instituições se ocupariam dessa tarefa.

À medida que os Estados Nacionais foram se consolidando, passaram também a absorver essas formas diversas de transmissão de conhecimentos, conformando-as num sistema homogêneo, regulado e controlado.

Embora esse processo ocorresse de forma lenta em Portugal, este também desenvolveria no final do setecentos e no início do oitocentos uma política de consolidação de um sistema regido pelo Estado em termos de instrução.

Algumas medidas passaram a ser desenvolvidas pelo Estado, no sentido de unificar o sistema, expressos na adoção de um método, definição de conteúdos de ensino, autorização ou proibição de livros, estabelecimento de normas burocráticas a serem seguidas pelas escolas etc.

Essas medidas segundo a autora buscavam tornar homogêneo e estatal um sistema que, até então, se caracterizava pela diversidade, já que os indivíduos iniciavam-se na cultura letrada a partir de diversas iniciativas, seja através da família, igreja, preceptores particulares como é o caso dos mestres-escolas, corporações profissionais, associações filantrópicas dentre outras.

O que se compreende, é que naquela época não havia um método único de ensino e um estabelecimento também único para prover este ensino. A presença de um profissional qualificado para o exercício dessa função, era algo que ainda não existia nos primórdios da profissão docente no Brasil.

A tentativa de controle sobre a educação formal e as primeiras iniciativas para organizar um sistema de instrução primária, tem início a partir do século XIX, sob o reinado de D. João VI. Nesse período são nomeados cerca de 120 professores, caracterizando o início de um processo de profissionalização docente dentro de um padrão de normas e condutas estabelecidas pela Igreja, para o exercício da função emanada pelo poder estatal.

Este novo corpo docente estaria vigiado e controlado tanto aos olhos da Igreja quanto aos olhos do Estado.

Através do Ato Adicional de 1834, e da política de transferência para as províncias da responsabilidade baseadas no princípio da descentralização administrativa da formação de seus quadros docentes, são criadas assim, as escolas normais, marcando uma nova etapa no processo de institucionalização da profissão, sinalizada por um duplo movimento: de um lado, o controle do estado de forma restrita e de outro, os docentes, de posse de um conhecimento especializado, que melhorava assim, o seu estatuto sócio-profissional.

O “velho” mestre-escola é então, substituído pelo “novo” professor do ensino primário através das escolas normais provinciais a partir da década de 30 e 40 do século XIX.

O conceito de profissionalização da profissão docente estava enquadrado na seleção pelos concursos e no controle pelos mecanismos de inspeção e vigilância. Esse processo de estatização não ocorre sem contradições, pois mesmo os professores tendo aderido a esse processo de controle ideológico, também teriam meios de produzir um discurso próprio e de se organizar como categoria profissional segundo aborda Villela (2003).

Havia uma intencionalidade política de fortalecimento do prestígio da Coroa Imperial por trás da criação das primeiras escolas normais no Brasil.

Como forma de ganhar apoio mais sólido para seus objetivos era preciso, então, disciplinar as populações brancas não proprietárias e conter as revoltas de escravos, através de uma ação que visasse a formação de um pensamento moldado nos propósitos da classe senhorial que assumira a direção do Estado nas décadas de 30 a 50 do século XIX.

As primeiras experiências com escolas normais no Brasil ocorreram de forma instável e tensa configuradas na abdicação do trono por D. João VI, e pela independência do Brasil por seu filho D. Pedro I, conhecido pela historiografia do Império como Período da “Ação” (1822 a 1836).

Já o Período da “Reação” ou do Regresso Conservador distinguiu-se pelo avanço do princípio da autoridade, da centralização do poder, da recuperação do prestígio da Coroa e do aumento das prerrogativas do Executivo.

Era o progressivo desgaste das propostas liberais e a assunção das práticas conservadoras.

Desse modo, o discurso assumido pela Assembléia Legislativa da província Fluminense, em 1845 como afirma a autora, foi a necessidade da instrução, mas não a instrução concentrada em poucos, mas a que abrangesse todas as classes.

Villela (2003), faz considerações sobre este discurso proferido pelo vice-presidente da Assembléia, alegando que não havia pretensão real de favorecer todas as camadas sociais na instrução, apenas que deveriam ascender uma das outras, a estágios mais avançados da “civilização”, ou seja, o propósito era de unificar certos padrões sociais, difundindo o que aqueles homens denominavam como uma “moral universal”.

A instrução era vista como uma das formas eficientes contra a criminalidade, algo que causava temor nas elites dirigentes, por isso a necessidade de elevar o nível intelectual e moral da população, unificando padrões culturais e de convivência social.

Na verdade, as escolas normais funcionariam como um espaço importante para a difusão dos princípios da “ordem” e “civilização” que regiam o ideal conservador.

É nesse contexto, que reconhecem a necessidade de formar o professor como um agente capaz de reproduzir o tipo de conhecimento que se desejava incutir nas massas populares, ou seja, aquela que não traria melhoria nas condições materiais, mas que conformasse os corpos e as mentes dentro dos padrões de civilização pretendida pela hegemonia burguesa.

Alguns critérios seriam exigidos para aqueles que desejariam candidatar-se à formação profissional para o futuro exercício do magistério, inclusive a de se submeter a exame para concorrer a uma cadeira do magistério público. Os critérios apresentam-se da seguinte forma: o aspirante deveria ser brasileiro, maior de 18 anos, com boa “morigeração”; e saber ler e escrever.

A boa “morigeração” relacionava-se segundo a autora à moral, bons costumes e boa educação e tinha um peso relativamente maior do que a própria instrução em si, o que nos leva novamente à figura do mestre-escola, fazendo nos perceber que as representações sociais daquela época não haviam mudado em nada com relação à figura do professor, mesmo que o discurso tivesse mudado, tudo ainda se baseava na disciplina dos corpos e das ações.

Em relação ao povo, a ordem era a mesma, a finalidade também seria em ordená-los e discipliná-los do que propriamente instruí-los, baseado no método lancasteriano que procurava desenvolver principalmente os hábitos disciplinares de hierarquia e ordem, no controle suave, sem punição física como fora anteriormente.

O conceito de cidadania era reduzido, pois nem todos podiam votar ou freqüentar a escola, como era o caso dos negros.

A elite dominante temia o progresso dessa classe racial, por meio do domínio da leitura e da escrita, o que demonstrava a violência da sociedade que se estabelecia naquela época.

Para o ensino deste método, foi impresso em 1834, o primeiro Compêndio Pedagógico da Escola, o Curso Normal para professores de primeiras letras, de autoria do Barão Dégerando.

Neste livro, organizado em forma de 16 conferências, explicitava quais eram as funções de um professor de primeiras letras, qualidades de um professor, educação física, educação intelectual, cultivo da atenção, imaginação, memória, juízo e razão, método na instrução, educação moral, sentimento dos deveres, educação religiosa, o ensino dos deveres, fortificação do caráter, hábito e imitação, trabalho e ordem.

O currículo formulado para o curso do magistério era restrito, se comparado ao Compêndio extenso em ordenamentos morais. Mesmo baseadas em normas de condutas, as escolas normais eram sempre vistas como aquém das expectativas de provimentos das escolas públicas que se criavam, sendo até necessário o recurso de bolsas de estudo, para atraírem indivíduos pobres para o magistério.

A necessidade de reformas constantes, mudanças de prédios, extinções e transformações desvalorizaram as escolas normais e conseqüentemente a figura do professor, que somente viu novamente a valorização da carreira na década de 70 por conseqüência do enfraquecimento da monarquia e fortalecimento do montante liberal, com o movimento abolicionista, a urbanização, as construções de estradas de ferro, a navegação a vapor, os cabos telegráficos, a iluminação pública, formando novos hábitos na população.

Uma parte da sociedade, passa a valorizar e defender a instrução pela defesa da escola pública no momento em que se discutia o voto do alfabetizado e a ampliação da escolarização para a população negra, ou seja, para aqueles que representavam futuro problemas para a tranquilidade da sociedade.

Dentro deste contexto, a mulher assume também uma participação mais efetiva na esfera pública, aumentando a necessidade de instrução e a sua conseqüente demanda.

A necessidade de instrução seguia a retórica da conformação, do amoldamento, da conscientização para que o cidadão pudesse exercer sua cidadania através do voto.

Novamente, os interesses políticos predominam na educação do povo, tanto que inovações pedagógicas não paravam de chegar não só da Europa, mas principalmente dos Estados Unidos.

Essas inovações trouxeram, um novo conceito de espaço escolar, novos materiais pedagógicos e uma nova forma de organização escolar, ocasionando verdadeira revolução das representações da escola e do ato de ensinar no trabalho do professor.

O complexo pedagógico idealizado por Caetano de Campos, conseqüência de uma nova reforma e inaugurado após sua morte em 1894 “A Escola Normal da Praça” tornou-se o símbolo do magistério, não só no estado de São Paulo, mas em todo o Brasil.

Sua construção imponente e a proposta pedagógica representavam, uma importante forma de se olhar a formação do professor primário, anunciada já no final do século XIX e que conheceria seus momentos áureos até meados do século XX.

VII - A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

A feminização do magistério foi um processo que mudou o perfil do professor primário praticamente em todo o Ocidente. Com relação à prática docente do início do século, há que se considerar mudanças significativas tanto pela forma como é organizada quanto pelos seus agentes.

Segundo Pinto (1997), isso ocorreu em consequência dos fatores relacionados à condição cultural da mulher, à ideologia da domesticidade, à falsa identidade entre o trabalho de ensinar e as habilidades femininas e ao ideário do sacerdócio e da vocação e não puramente por razões econômicas. Havia um véu de caráter discriminatório sobre a figura da mulher, segundo as representações da sociedade que se configuravam naquela época.

As mulheres deveriam assumir uma conduta materna, ou seja, pura e assexuada, caso desajassem exercer a função.

O fato de serem livres, solteiras e desempenharem um trabalho assalariado representava uma constante ameaça aos valores e à estrutura familiar.

Através da consolidação do capitalismo, desenvolvimento da industrialização e da urbanização, a escolarização tornou-se cada vez mais necessária à população.

Em 15 de outubro de 1827, a mulher adquire o direito à educação, surgindo assim as primeiras vagas para o sexo feminino no magistério primário. Embora a mulher tivesse adquirido o direito à educação, elas não podiam cursar o nível superior, somente poderiam estudar até as escolas normais e nem ministrar aulas de geometria.

O curso superior e a disciplina geometria estavam reservados aos homens, pois as mulheres eram julgadas como portadoras de cérebros “poucos desenvolvidos” pelo seu desuso, o que acentuou a discriminação social, provocando diferenças salariais entre ambos os sexos.

A legislação da época determinava que os salários fossem pagos igualmente, mas na realidade não era isso que acontecia. Os homens gozavam de autonomia para ensinar, sem supervisão docente sobre seu trabalho, mediante o tempo e remuneração estipulados pelos mesmos.

Já as mulheres, permaneciam sendo vigiadas e tendo seu trabalho controlado, sob o pretexto da sua falta de capacidade para um domínio amplo de conhecimento.

Através das Escolas Normais abertas para homens e mulheres, estas últimas adquirem progressivamente contornos definidos quanto a sua profissão. Estas escolas foram criadas para atender o aumento da demanda escolar a qual era esperada. O número de mulheres formadas nesta instituição eram relativamente maiores do que os homens que por consequência da industrialização e da urbanização, obtiveram melhores oportunidades de trabalho.

O magistério não representava mais para os homens uma forma de ascensão social, devido aos baixos salários oferecidos à categoria. Em consequência desse fato, as mulheres tornaram-se as principais responsáveis pelo ato de educar, provocando uma divisão entre o trabalho doméstico não remunerado-exclusivamente feminino e o trabalho remunerado, fora do lar, que deveria ser preferentemente masculino.

O magistério torna-se a profissão idealizada pelas moças das camadas médias, por ser a única bem aceita socialmente, já que está associada ao ato de cuidar crianças, sendo consequentemente definida como trabalho de mulher. Além disso, o magistério de crianças constituía-se como uma boa alternativa a um casamento forçado ou a profissões menos prestigiadas, como costureiras, governantas e parteiras, por exemplo (Vilela, 2003).

Ao final do século XIX, as mulheres passam a ocupar diferentes lugares no mundo do trabalho como: fábricas, escritórios e escolas, embora sua função seja desvalorizada pelo simples fato de ser a mulher a exercê-la.

Segundo Louro (apud Pinto, 1997) constrói-se então a relação magistério-domesticidade, ou seja, entende-se que o magistério é adequado para a mulher por ser de certa forma uma extensão da maternidade e por compatibilizar horários para o exercício do trabalho doméstico, favorecendo a execução das tarefas do lar próprias da mulher, cumprindo o papel de mãe, esposa e dona de casa.

Tendo como justificativa o fato de as mulheres não serem naquela época o único meio de sustento da casa, deveriam contentar-se com um salário inferior ao dos homens, o que caracterizou uma desvalorização progressiva do salário do professor, aliada a perda de poder aquisitivo e consequentemente ao status que a profissão ocupara por longos anos.

Atrelada a essa justificativa existe também o fato do magistério ser uma profissão que atendia à população de baixa renda e, portanto, desvalorizada na ótica capitalista.

Através do Regulamento da Instrução Primária e Secundária de 1849, expedido pelo então, presidente Couto Ferraz, há um rebaixamento no nível dos conteúdos das escolas e nas exigências sobre a formação intelectual do professor, traduzido assim em uma redução salarial.

O magistério não se configurava mais, a partir de então, como uma profissão assalariada e sim como um sacerdócio, uma doação dada às condições de exercício da função. E até hoje, acredito que permanece assim, já que o Estado pouco se preocupa com a qualidade da formação que oferece aos seus professores, e muito menos com a qualidade que poderá oferecer estes professores aos seus alunos.

Ser professor segundo Dicionário Aurélio (2001), significa *“aquele que ensina uma ciência, arte, técnica, é mestre ou mestra”*. Há muitos anos o professor deixou de ser visto sob este ângulo, ocupando o 2º plano no eixo central da educação”.

Fontana (2000) nos indica que o crescente processo de racionalização e uniformização do ensino, resultado do tecnicismo implantado no cotidiano escolar, provocou a redução da atividade docente às suas competências técnicas e favoreceu segundo a autora “até mesmo a utopia que pretendiam e pretendem substituir os professores por máquinas”.(p.18)

Este fato acarretou uma desprofissionalização dos professores (separação entre o “eu pessoal” e o “eu profissional”), que se configurou numa crise de identidade. A partir desta crise, os professores foram acusados de reprodutores das desigualdades sociais, fortalecendo segundo Fontana (2000) as propostas de educação não-formal e de extinção da escola acusada então, de gerar estruturas burocráticas incontornáveis.

Por mais que se desejassem meios e máquinas de informatização do conhecimento, nada pôde substituir a presença do professor no processo de ensinar e aprender, na ação e na relação que se estabelecem entre docente e discente. Mesmo porque, máquinas não expressam sentimentos, não compartilham vivências e experiências, não confrontam idéias e saberes socialmente construídos.

Somente nos anos 80 os estudos sobre a atividade docente foram retomados com grande importância, na intenção de rever as condições de trabalho e dos processos de formação básica sobre o professor. Estes estudos favoreceram o aparecimento de projetos e pesquisas centrados na figura docente.

Os professores acusados de reprodutores das desigualdades sociais foram reavaliados a partir da emergência das pedagogias críticas, o que favoreceu o resgate do papel do professor e da escola na dinâmica social, através da concepção de um professor progressista.

O professor progressista é compreendido como aquele profissional que apresenta uma preocupação com a intervenção cultural e a ação social, estes subentendidos no saber-fazer, no domínio do conteúdo do saber escolar e dos métodos adequados para transmitir as crianças.

Segundo esta concepção a função política da educação é a do professor tecnicamente competente. O professor que adquire esta competência também pode compreender sua própria prática profissional e os obstáculos que se interpõem em sua trajetória dentro da escola explicitando o sentido político de sua ação pedagógica.

Segundo Fontana (2000), o professor progressista deveria apresentar-se como sujeito de sua ação, consciente de seu papel social, e também 'deveria ter' objetivos claros configurados na conscientização do educando para que através da apropriação do saber sistematizado o indivíduo pudesse caminhar rumo à sua emancipação. Em resumo o professor 'deveria ser' o dirigente, aquele que planeja, coordena, controla suas ações e seu dizer, e que deixa isso visível. É o professor de inteligibilidade total !

Porém, esta concepção segundo a autora causou uma desqualificação do ato de educar, já que os termos “dever ser” ou “é necessário” a qual o professor progressista deveria representar não permitiam um reconhecimento social por parte das professoras, já que centraram-se mais na análise das características que o bom professor deveriam ter do que na análise do cotidiano em que o professor produzia sua prática e como era produzido por ela (Fontana, 2000).

Esta concepção nos remete ao Compêndio Pedagógico da Escola, impresso em 1834 que também se limitava mais ao “dever ser” que um professor deveria ter para o exercício da função do que na instrução propriamente dita.

Explicitado da forma como foi, o professor progressista poderia declarar-se como auto-suficiente, não fosse a compreensão crítica da realidade que se estabelece cotidianamente nas escolas e especificamente na sala de aula e que somente o professor em atuação pode reconhecer.

Não se levou em consideração as relações de poder que se estabelecem diariamente no cotidiano do professor, as imprevisibilidades do previsível, mesmo porque o cotidiano não representava o projeto histórico que se pretendia impulsionar.

O professor teve sua imagem entendida de forma genérica que o representava entre o professor liberal e o progressista.

Desta forma a imagem do professor permaneceu categorizada como: “sem competência técnica”, sem identidade profissional.

A homogeneização e o congelamento do trabalho pedagógico cotidiano foram um dos resultados apresentados diante desta nova maneira de ‘dever ser’ que muitos professores não conseguiram reconhecer-se, expressas por uma rotina burocratizada e padronizada, permeada por relações sociais em caráter liberal e de uma culpabilização do próprio aluno pelo fracasso escolar.

Outro resultado, como aponta Fontana (2000), foi à afirmação de que o professor não se adequara às propostas pedagógicas derivadas das teorias educacionais de cunho

progressista. Desta forma a imagem do professor ficou reconhecida pela incompetência, falta de compromisso, indecisos entre a resistência à mudança e a adesão superficial aos modismos em prática.

Categorizações e rótulos foram surgindo para representar a imagem do professor tais, como: o professor técnico, o reprodutor, o construtivista, o conscientizador, o bancário, o tradicional, etc., sem antes analisar a realidade a qual este professor estava inserido em sua prática cotidiana.

Assim, as maneiras como os professores vão se constituindo implicam diferenças representadas nos modos de elaboração da condição profissional, nas relações de trabalho como estas são percebidas e vividas por cada profissional.

Souza (1996) afirma que as representações que os professores fazem de si mesmos em função da auto-imagem e da autovalorização que constroem de sua profissão com base nas experiências vivenciadas pela escola, como local de trabalho, vão tecendo uma identidade. Essa identidade também se estabelece nas e pelas relações de dominação e resistência construídas na experiência cotidiana.

O cotidiano, como se refere Souza (1996), não pode ser compreendido somente como um espaço de individualização e privatização do professor como trabalhador por meio do qual realizam o isolamento político, pois é, também, um espaço de resistências e luta pela sobrevivência expressos no labor e na construção da cultura que é expressão do trabalho.

Arendt (apud Fontana, 2000), refletindo sobre a condição humana, analisa o trabalho em três dimensões. A primeira relacionada ao *labor*, compreendida no trabalho que o homem realiza para garantir a sobrevivência biológica, ou seja, sua satisfação. A Segunda como *poiesis*, relacionada ao ato de fazer, de criar um produto que sobrevive a própria atividade e que tem uma finalidade que ultrapassa a mera sobrevivência.

E a terceira, a *práxis* (ação), que circunscreve o trabalho no espaço da política, possibilitando ao homem perceber sua ação não apenas como um fim em si mesma, mas como uma possibilidade de transformação social.

Acredito que muitos de nós professores, comprometidos socialmente com nosso trabalho, temos buscado possibilitar essa transformação social em nosso fazer, que transcenda a mera sobrevivência, mas que alcance um verdadeiro significado naquilo que formamos: os alunos.

É através deste cotidiano permeado por um conteúdo político que os professores se reconhecem compartilhando de uma identidade: ser professor.

Na verdade, cada escola é produto de uma permanente construção social, pois nela interagem diversos processos sociais, tais como: a reprodução de relações sociais, a criação e transformação de conhecimentos, a conservação ou destruição da memória coletiva, o controle e a apropriação da instituição, a resistência e a luta contra o poder estabelecido, entre outros (Ezpeleta, 1989).

Na história não-documentada, que é aquela que se restringe à dimensão cotidiana, os atores sociais que a representam são professores, pais e alunos que se apropriam dos subsídios e das prescrições estatais e constroem a escola a cada dia.

Família e escola, compostas por atores sociais com papéis específicos, porém muito importantes, são pontos de apoio e sustentação ao ser humano; são marcos de referência existencial. Quanto melhor for a parceria entre ambas, mais positivos e significativos serão os resultados na formação do sujeito. A participação dos pais na educação formal dos filhos deve ser constante e consciente. Vida familiar e vida escolar são simultâneas e complementares.

Criar filhos, educá-los, prepará-los para agir com responsabilidade e segurança no conturbado mundo em que hoje vivemos é uma tarefa tão exigente e desafiadora quanto prazerosa e gratificante.

Tanto quanto a convivência e o relacionamento familiar são fatores fundamentais para o desenvolvimento individual, a introdução da criança no universo coletivo, a mediação entre ela e o mundo e com o conhecimento, sua adaptação ao ambiente escolar, o relacionamento com os professores e funcionários da escola, a convivência com os colegas, são fatores decisivos para seu desenvolvimento social.

Considerando que o indivíduo aprende o tempo todo, nas mais diversas instâncias que a vida lhe apresenta, o papel da família é fundamental, pois é ela que decide o quê seus filhos precisam aprender, quais as instituições que devem freqüentar, o que é necessário saberem para tomarem as decisões corretas quando necessitarem e se beneficiarem no futuro.

Em meio a estas decisões, surge a figura do professor que inevitavelmente adentra o espaço familiar, no momento em que inicia seu trabalho na educação daquele que sendo seu (sua) aluno (a), também é filho (a) de uma determinada família e que querendo ou não constroem expectativas da família no domínio do conhecimento, bem como repassar estes conhecimentos na educação do (a) filho (a), que conseqüentemente é também seu (sua) aluno (a).

A família também passou por modificações no decorrer dos anos através da conquista da mulher no mercado de trabalho exercendo uma atividade que não é somente ser dona de casa, por outro aspecto, por questões de desemprego que acometeram muitos pais de família, elas foram obrigadas a auxiliar na renda familiar, muitas vezes essas mulheres são o único meio de sustento para a família, assumindo assim novos papéis, uma nova identidade. E isso se reporta muito bem ao papel da mulher professora atualmente em nossa sociedade.

No entanto, não devemos entender as mudanças que acontecem na família devido somente às transformações que ocorreram na sociedade, com relação às mudanças sócio econômicas, e também entendê-las numa visão a-histórica, pois a família apresenta outras razões que influenciam nas relações internas, no seu modo de vida, arranjos, ou seja, relações estabelecidas entre os membros que a compõem cotidianamente.

Cada família, ou mais especificamente, o indivíduo, tem seu modo particular de representar o mundo, as coisas, os outros como a si mesmo. Cada membro de uma família tem uma maneira de ser e de compreender as relações sociais estabelecidas e de tirar conclusões mediante sua representação a partir de suas vivências, experiências e daquilo em que acredita.

Por essas e outras razões há em nossa sociedade uma avaliação quase que permanente sobre a escola, já que confiaram seu(s) filho(s) a ela e aos profissionais que nela atuam.

Estes são representados através de um processo de avaliação informal, segundo critérios estabelecidos pela família. A família, não podendo atribuir notas, expressa opiniões conceituando o trabalho desta escola, em especial ao professor segundo a maneira como o mesmo lida com seu filho, a forma como corrige os cadernos (se diariamente, semanalmente,

etc;), como se veste, como se comporta, como mantém a disciplina na sala e até como atribui notas, entre outros fatores.

O aluno acaba tornando-se também o porta-voz das opiniões e conceitos construídos pela família sobre o professor, já que a família o questiona sobre como foi a aula, o que aprendeu naquele dia, etc.

Malavazi (2000) expressa que a criança carrega a opinião da família, transmitindo a visão da família sobre a avaliação e os procedimentos implícitos no projeto pedagógico de sua escola. Mesmo na fase adulta reproduzem muitos valores e conceitos adquiridos ao longo da vida.

Os seres humanos querendo ou não, estão permeados o tempo todo por representações de fatos, objetos, imagens que constroem no decorrer de suas vivências.

Desta forma, as representações sociais que a sociedade constroem acerca do trabalho dos professores são expressas pelos valores, pela imagem e pela informação que se cristalizou acerca da atuação desses profissionais num contexto histórico.

Rangel (1993), apoiada na teoria Moscoviciano, compreende a representação social como *“um conjunto de conceitos, explicações e afirmações que se originam na vida diária, no curso de comunicações interindividuais”*.

A autora também expõe que há três dimensões da representação social expresso pela: atitude, a informação e o campo de representação.

A atitude expressa o sentimento, o julgamento de valor (positivo, negativo ou neutro) do sujeito em relação ao objeto da representação, a informação é o dado conhecido e o campo de representação é a imagem formada sobre o objeto da representação.

Sendo assim, o professor e a escola tornam-se o alvo da avaliação valorativa pela família constantemente, responsabilizados por muitas vezes por todas as injustiças provocadas pelo próprio sistema de ensino sem levar em consideração a história e o cotidiano que compõem gradualmente esta situação.

Basta refletirmos, o modo como a sociedade representava a figura do professor no início do século XIX, a condição cultural da mulher no processo de feminização do magistério e as transformações ocorridas de lá para cá, nos modos de ensinar e de representar a educação.

Malavazi (2000) recomenda que não concordando em princípio com a escola, antes de anunciar isso para o filho, os pais deveriam procurar a instituição para esclarecimentos, sugestões e entendimento. Só depois de tal iniciativa é que a família deve colocar ao filho sua impressão sobre a escola. Dessa forma os pais estão garantindo credibilidade à escola que o filho frequenta diariamente.

Também se faz necessário um diálogo permanente entre pais e professores no sentido que os pais tenham pleno conhecimento sobre o trabalho do professor, assim como o professor conheça de fato a realidade da família cujo filho (a) é seu aluno (a).

VII – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ACERCA DO TRABALHO DOS PROFESSORES PELO GRUPO DE PAIS

Nesta parte do trabalho me proponho a analisar teoricamente as representações sociais, construídas pelo grupo de pais utilizados para esta pesquisa, acerca do trabalho dos professores em sua prática educativa.

O reconhecimento da Educação como sendo direito de todos os indivíduos de uma determinada sociedade e sua universalidade no tempo e no espaço, não impedem que existam diferentes maneiras de concebê-las e realizá-las.

Primeiramente, é importante salientar que a educação é uma tarefa social total que influi de forma determinante na vida de todas as pessoas, desde o momento em que nascem até o momento em que morrem, pois o ser humano, é sem dúvida, um ser perfeito e tem uma capacidade ilimitada de aprender.

A própria vida em sociedade, que é dinâmica, requer que as pessoas aprendam o tempo todo. Isso se faz compreensível devido ao fato de que o Homem se produz pelo trabalho, que é uma atividade consciente de transformação da natureza e de construção de si mesmo. Assim, o trabalho não é só uma necessidade, mas também a marca do homem, aquilo que nos diferencia dos animais. Viver em coletividade significa inserir-se na sociedade pelo trabalho, o que requer aprendizagem.

Sendo o professor e o aluno, o “cerne” de todo o processo do ato de educar, pois uma escola não existiria sem os mesmos, Cunha (1989) afirma que: *“Sem professor não se faz a escola, o valor ao professor é expresso pela sociedade e dependem dos valores e interesses que caracterizam uma sociedade em determinada época”*. Complementando o pensamento da autora, acredito que a sociedade atribui uma representação social à imagem do professor tanto numa visão histórica, ou seja, aquela apreendida de maneira geral pela posição social que este

profissional ocupou ao longo dos anos, quanto numa visão a-histórica referente a imagem construída segundo o profissional que atua cotidianamente na escola em seu (sua) filho(a) estuda. A família, neste sentido, representa o profissional docente segundo uma visão cotidiana, através das avaliações expressas daquilo que interpretam de seu trabalho. Sendo assim, acredito que o professor desempenha um importante papel na sociedade, pois ele representa uma referência na vida do aluno e dentro da comunidade que atua.

A escola como instituição social está inserida na história e como tal sofre influência e influencia os que estão ao seu redor. Na verdade, cada escola é produto de uma permanente construção social, as ações, atos, valores e princípios que permeiam cada escola interferem na realidade educacional.

A maneira como o professor constitui sua identidade profissional também é histórica, pois:

“É na trajetória da docência que parte dos professores vai encontrando a segurança nesse fazer” (SOUZA, 1996:66). É através dos anos no exercício do magistério que muitos professores adquirem confiança em seu próprio trabalho e constroem sua identidade profissional.

Para a autora, o trabalho do professor não se resume a uma rotina repetitiva, como muitos crêem acontecer. Há um espaço de responsabilidade e de identificação com a docência.

O cotidiano para um professor é algo tão complexo, principalmente porque ele lida com sujeitos diversos que possuem diferentes histórias de vida em diferentes organizações familiares.

Sendo assim, “a expressão do cotidiano do professor é determinante e determinada pela conjuntura social e cultural onde se desenvolve” (CUNHA, 1989:36).

Geralmente, as famílias acreditam ser o cotidiano escolar um ambiente permeado por ações repetitivas diariamente, compreendidas como rituais sagrados que necessitam serem executadas sempre da mesma forma. Muitas vezes, o cotidiano escolar é impregnado por mudanças, surpresas e imprevistos tais como no município em que trabalho: são atividades solicitadas para realização imediata pela coordenação da escola expedida pelo Departamento de Educação, visita da supervisora de ensino para verificar documentação do professor (diários, fichas de acompanhamento sobre o desenvolvimento dos alunos, caderno de registro sobre as aulas dadas pelo professor), coordenadores enviados pelo Departamento de Educação para assistirem a aula de determinado professor na escola, aluno doente que necessita ser tomadas as medidas cabíveis, pai que comparece sem ter marcado horário, muitas vezes por conta das dificuldades de compatibilidade do horário de trabalho com a escola e solicita conversar com o professor naquele momento. Há que se levar em consideração também as atividades relacionadas a ensaios para apresentação de datas comemorativas, momentos de recreação necessários para a socialização dos alunos, gincanas culturais a nível municipal (que procura integrar todas as escolas municipais pertencentes ao município de Hortolândia) para desenvolver mediante 'competições' a consciência sobre um determinado problema de ordem ambiental, entre outros.

O que estou querendo dizer é que muitas vezes, as famílias não estão informadas sobre esse cotidiano tão complexo que se desenvolvem em muitas escolas e acabam por muitas vezes também não compreendendo o trabalho do professor no interior da mesma.

Malavazi (2000), acredita que quando a escola exclui os pais de seu projeto educativo, ela poderá ficar em uma posição cômoda na medida em que o nível de questionamento sobre suas ações será pequeno, porém, deixa de contar com a rica participação e contribuição dos pais que são, em parte, responsáveis pela formação do cidadão que ela, escola, anuncia desejar. Além disso, os pais podem ser aliados no processo de construção do conhecimento do aluno, desde que estejam disponíveis para, de fato, ajudarem na organização de parte da vida estudantil à

qual o professor não tem alcance, ou seja, consultas a bibliotecas, a material de apoio extra classe, leituras complementares, motivação para vistas ligadas ao tema estudado, etc.

Em muitas ocasiões, a criança, ao ser questionada por seus responsáveis sobre o que fizera ou aprendera naquele dia na escola responde: “Não fizemos nada hoje, só tivemos ensaios” ou só “brincamos”.

Muitas famílias, por sua vez, concebem como aula dada somente aquela em que o caderno volta “repleto” de lições e a criança também acaba representando da mesma forma a visão de sua família. Em alguns momentos, já ouvi-los dizerem: “Professora hoje a gente não fez nada”.

Nesse momento, acredito ser o diálogo um importante instrumento, como forma para desmistificar que aula não pode ser vista somente como lição dada na lousa, mas que muito se aprende ao representar uma peça teatral, ao ensaiar uma dança, ao cantar uma música e a participar de saraus entre outros. É o professor que deve deixar tudo muito claro para os alunos quanto aos seus objetivos quanto para a família, para que o cotidiano escolar seja de fato compreendido por todos e também valorizado.

O que importa é que essas atividades sejam de livre iniciativa do professor, juntamente com seus alunos, e não como algo imposto de cima para baixo sem que os professores estejam a par das reais possibilidades para fazê-lo ou não. Nesse sentido a família também assume um importante papel como suporte para o desenvolvimento destas atividades mediante o apoio e a confiança no trabalho do professor

A maneira como o professor expressa seu saber e o socializa com o meio, demonstra a forma como esse profissional foi se constituindo ao longo da sua trajetória docente, ou seja, cada professor tem sua marca individual que o diferencia e ao mesmo tempo constrói sua identidade profissional:

“É pelo trabalho que os professores se reconhecem como tal e na luta pela ‘visibilidade’ dessa condição é que darão sentido à ação coletiva” (SOUZA, 1996).

Sendo assim, o docente precisa compreender a importância coletiva do seu trabalho como ação transformadora social e cultural, que não se restringe somente à sala de aula, mas que busca penetrar em outros espaços e contextos permeados pela injustiça social, conscientizando a sociedade de seu poder de transformação e que um destes meios é a educação.

Sabemos que o professor e o aluno possuem papéis específicos dentro da educação, o professor deve criar condições para que o processo educativo aconteça de forma que o aluno possa buscar as condições para o seu desenvolvimento.

Neste contexto, a família se apresenta como parte importante na sustentação do que a escola deve oferecer ao aluno. No cotidiano da escola, a família torna-se o “termômetro” da qualidade oferecida por meio de sua avaliação informal que também se expressa nos modos como a família se comporta frente a este professor, qualificando satisfatoriamente ou não o seu trabalho.

Cada família, então, tem seu modo particular de captar suas impressões do mundo, da sociedade em que está inserida e da qualidade oferecida pela escola ou mais especificamente do professor.

Portanto, a família e a escola são duas instituições responsáveis pela educação das crianças. Não se comparam devido às naturezas distintas, mas se complementam. A família precisa da escola como esta necessita da família.

Há que se considerar também, as dificuldades que permeiam o trabalho do professor que não estão somente observadas em sua prática, mas no ambiente que o rodeia cotidianamente, expressos pela: falta de recursos materiais, baixos salários, más condições de trabalho, stress,

falta de apoio da direção da escola, dos órgãos governamentais, entre outros. Em meio a tantos obstáculos, acredito que ainda assim o professor tem procurado desempenhar sua função, mesmo sofrendo as pressões e opressões porque passam a educação e a sociedade atualmente.

Sendo o professor ao longo de todos esses anos alvo de tantas críticas construídas pelas teorias educacionais postas e diretamente pela sociedade, tendo seu trabalho reduzido a mero reprodutor das desigualdades sociais e sendo desvalorizado em sua competência mediante a novas tecnologias e baixos salários, tem mesmo assim se esforçado para superar as mazelas do cotidiano e representar seu papel enquanto agente transformador da sociedade mesmo que seja a longo prazo.

As frases abaixo são representações (conceitos, afirmações, imagens) formadas por um grupo de pais. As representações sugerem pensamentos, nos quais reflete sobre o sentido e dimensões da representação social e sobre o significado da atuação do trabalho do professor na prática (educativa) de ensino.

Para que esta pesquisa pudesse ser desenvolvida fez-se necessário o envio de um questionário ao grupo de pais com a seguinte questão: Como os senhores têm compreendido atualmente o trabalho dos professores?

E com base nas respostas obtidas, busquei então, organizá-las e enquadrá-las nos conceitos teóricos que melhor pudessem representá-las.

Para os pais o trabalho do professor tem sido compreendido da seguinte forma:

“Temos compreendido que os professores têm se empenhado em dar o conteúdo escolar, vemos de forma positiva o ensino oferecido agora, porque há um conteúdo escolar mais amplo e aberto em que o aluno se realize”. (não se identificou) Representação (1)

“Atualmente o trabalho dos professores em sala de aula está muito bem o ensino está de parabéns. As mudanças são bastantes, ele já pega um gibi e lê sozinho ótimo sinal, já uma continha ele resolve excelente, antigamente era mais lento do que agora e é uma forma positiva”.(...) (do lar, 30 anos-1º grau) Representação (2)

Para estes pais o conteúdo apresenta-se como um fator significativo na aprendizagem do aluno, a questão da leitura realizada pelo aluno de maneira individual e da habilidade do aluno para resolver uma conta matemática revela que o ensino tem alcançado seu objetivo e expressam de maneira positiva o trabalho do professor.

Cunha (1989), refere-se como o saber do professor, o domínio do conteúdo de ensino, isto é, de seu próprio objeto de estudo, e o domínio das ciências da educação é que lhe permitirão compreender e realizar o processo pedagógico de maneira significativa.

O professor precisa então, compreender aquilo que ensina, como ensina e por que o faz daquela forma e não de outra, como diria Paulo Freire (1993) “Pensar a prática enquanto melhor maneira de aperfeiçoar a prática” (p.14).

É através desta compreensão que reconhecemos a teoria nela embutida, avaliando para repensar e não para nos punir.

A seriedade e a responsabilidade são qualidades que representam o trabalho do professor segundo a visão destes pais:

“Bom, eu acho que está bem desenvolvido agora está melhor que antigamente é uma responsabilidade muito grande”. (do lar, 44 anos - 3ª série do primário) Representação (3)

“Um trabalho muito bem feito com responsabilidade e seriedade”. (borracheiro, 30 anos-5ª série) Representação (4)

Freire (1993) fala sobre o professor dar o testemunho de seriedade, de disciplina no fazer as coisas, de disciplina no estudo, na honradez em que o educador deve realizar sua tarefa.

Desta forma, a importância da seriedade e da responsabilidade atribuídas ao trabalho do professor são elementos indispensáveis na execução de qualquer trabalho que se diga como tal.

No trabalho de um professor ainda mais, já que este lida com a formação dos indivíduos em várias idades, principalmente no início do processo de escolarização em que o aluno está aberto a receber tantas informações na construção do seu caráter, o professor mais do que nunca se torna uma figura de extrema importância nesta formação tanto quanto família. Ser professor exige profissionalismo e competência independentemente de estar certo ou errado, ele será responsável pelas gerações que com ele aprenderem.

Para esta mãe, o professor aparece como um transmissor de conhecimentos ou como aquele que detém o saber erudito e que precisa passar para o aluno:

Estou gostando muito bom, que os professores possam passar sempre seus conhecimentos para seus alunos". (vendedora, 47 anos-1º grau) Representação (5)

Ensinar e aprender com os alunos, agir ao mesmo tempo como mestre e aprendiz são práticas que o professor deve levar em consideração, já que falando nos dias atuais o saber que o professor deve transmitir não é mais o centro de gravidade do ato pedagógico, como fora antes. Pode-se dizer que o saber docente fica diretamente ligado a uma relação pedagógica centrada nas necessidades do aluno. Ele orienta esse aluno na busca de conhecimentos e informações. Atualmente, o modelo e o princípio da aprendizagem estão no educando, a tal ponto que o ato de aprender se tornou mais importante que a ação de ensinar.

Segundo a representação desta mãe revela-se uma atitude positiva que se expressa em dois níveis: a do ensino e com relação à pessoa. No ideal dessa atitude está a esperança, no real, uma responsabilidade.

“É muito satisfatório saber o esforço e dedicação do professor mediante a responsabilidade de ensinar os nossos filhos para o futuro. Vejo de forma positiva, porque o desenvolvimento está sendo mais acelerado, isto é muito bom no futuro eles serão mais interessados em aprender mais”. (do lar, 42 anos-6ª série) Representação (6)

“Esforço, dedicação e compreensão(compreensão), o ensino oferecido é a preparação de seu futuro (escolar) a cada ano que passar”.(do lar, 26 anos-7ª série) Representação (7)

A perspectiva de êxito no futuro é um dos ideais da maioria das famílias que lutam para que seu (sua) filho (a) ocupe um lugar de destaque no mercado de trabalho tão competitivo e exigente como o nosso.

Neste contexto a escola passa a ser para a família um local de preparação para o ingresso no mercado de trabalho, valorizada como um instrumento que possibilite a superação de questões na conquista de uma vida digna que são presenciadas como decorrência da trajetória escolar de seus filhos tais como: maiores e melhores qualificações cursos de especialização e posturas como: saber trabalhar em grupo, ter dinamismo, conhecimento em outras áreas, domínio de outras línguas, tecnologias, cultura, e outros motivos que são colocados para a escola formar segundo um perfil exigido atualmente pela sociedade.

Malavazi (2000) acredita que segundo a visão de muitos pais a garantia de um trabalho digno para os filhos, a possibilidade de aquisição de bens que lhes traga conforto e tranquilidade, a independência econômica e a possibilidade de escolha, são sinônimos de qualidade de vida. Sendo assim, muitas famílias esperam que seus filhos obtenham êxito na vida sob todos os aspectos e acreditam na escola como um dos meios para que esse sonho se realize.

Embora há pais que representem de forma positiva o trabalho do professor, outros, porém, alegam a existência do professor que não se preocupa muito com o aluno e que dependendo do empenho do mesmo, o aluno pode ou não apresentar um bom rendimento escolar:

“Eu acho que tem professor que não se preocupa muito com o aluno. Precisa ter ‘dom’ para ensinar”. (costureira, 34 anos-2ª série) Representação (8)

“Tenho um filho na 4ª série e outro na 2ª, tenho percebido que dependendo do trabalho da professora (muda de uma para outra) e dependendo a criança tem mais rendimento e incentivo, também tem acontecido ao contrário se ela não se dedicar. É preciso ter paciência e ‘dom’ para passar para os alunos e eles aprenderem”. (do lar, 32 anos-2º grau) Representação (9)

O ‘dom’ apresenta-se também como um fator de importância na representação destas mães para a realização do trabalho do professor.

Para Souza (1996), a vocação e o dom, aparecem como pré-condição estabelecidas para a qualificação de um professor num trabalho, inquestionavelmente de boa qualidade, assim como qualificam o artista. Para a autora, o dom não existe naturalmente para os professores, pois é uma prática social construída que demanda tempo e que se apreende no cotidiano.

É no fazer do cotidiano que o docente percebe a relevância do seu trabalho.

A paciência do professor também se apresenta como fator importante para que o aluno possa aprender melhor na representação (9), na verdade a profissão docente sempre foi vista pela sociedade atrelada a uma visão quase paternalista, expressa por uma relação de amor e carinho como numa doação total ou como um sacerdócio sem o qual a profissão perde sua essência.

Souza (1996) fala sobre esta concepção do professor paternalista como também enfatiza o professor preocupado com o compromisso político relacionado a uma aprendizagem significativa, ou seja, aquela que possibilita a construção da cidadania.

Não quero falar aqui que o professor não deva ter um bom relacionamento com seus alunos, pois acredito que isto se faz muito importante em qualquer relação, principalmente a criança que dentro do seu mundo familiar geralmente recebe atenção e estímulos para seu pleno desenvolvimento, mas que o professor reconheça sua função enquanto educador e traduza para

a sociedade o seu real valor através do profissionalismo, da competência, da exigência da seriedade de seu trabalho social.

Para esta mãe o ensino é percebido como uma ‘semente’ que se planta, rega para que cresça e no futuro se tenha o que colher:

“Estão indo no caminho certo. O ensino está sendo vantajoso e também depende da professora ter paciência e ser exigente e também da criança ser mais responsável, sem preguiça ter vontade de aprender. Saber que o futuro delas dependem daquilo que estão aprendendo, se elas não plantar hoje não vão ter o que colher”. (do lar, 28 anos - 2º grau completo) Representação (10)

Aqui o aluno aparece como um indivíduo que necessita ter responsabilidade para aprender e que a ‘preguiça’ representa um conceito negativo que pode atrapalhar a aprendizagem do aluno segundo a opinião desta mãe.

Nesta representação o professor surge como um importante personagem na contribuição do crescimento do país através da sua dedicação e doação para com a educação:

“Como um trabalho de dedicação fundamental para o futuro de nossos filhos e para a construção de um mundo melhor. O professor precisa doar-se, compartilhar conhecimentos e fazer parte do crescimento do país”. (encarregada de administração pessoal, 27 anos - superior incompleto) Representação (11)

O importante que percebo na fala desta mãe é que para ela o professor deve compartilhar conhecimentos e não tão somente transmiti-lo como algo pronto, acabado como alguns pais compreenderam em suas representações aqui citadas, ou seja, aquele que educa também aprende continuamente. A relação é recíproca, há uma troca de saberes, experiências que se estabelecem diariamente no cotidiano da sala de aula e conseqüentemente no interior da escola.

Sendo assim, a tarefa do educador em sala de aula, além de construir e compartilhar saberes exige que ele favoreça a produção do conhecimento através da indagação, da inquietação frente aos problemas que leve ao estudo, à coleta de dados e à reflexão como propõe a autora Cunha (1989). É preciso então que o educador tenha seriedade, preparo científico, preparo físico, emocional e afetivo para que realize seu trabalho de maneira significativa, tal qual acredita Freire (1993).

Desta forma, a escola deve se colocar então, como lugar de conhecimento e aprendizagem, buscando proporcionar a todos os alunos um conjunto de experiências pessoais ativas, dinâmicas, mutáveis, por meio dos quais o indivíduo possa fazer seleções, absorver e incorporar informações. Estas informações por sua vez deverão ser relacionadas com as que já dispõe em seu repertório e reorganizá-las, expressar ou utilizar para criar novas, orientando suas ações, agindo junto a outras pessoas ou modificando o ambiente.

Dar atenção, respeito e o famoso ‘tirar dúvidas’ são características da profissão docente relatadas segundo esta mãe para representar o trabalho do professor:

“Muito bom, para que fique melhor acho que tem que dar mais atividade em grupo na sala de aula. É dar o máximo de atenção para as crianças, e sempre dar respeito para ser respeitada e tirar todas as dúvidas das crianças”. (faxineira, 27 anos - cursando o 2º grau) Representação (12)

As atividades em grupo sugeridas por esta mãe são de fato importantes já que permitem a interação dos alunos uns com os outros, a cooperação, o respeito pelo outro e o saber compartilhado construídos a partir da socialização das idéias entre os mesmos.

O reconhecimento do trabalho do professor pela sociedade ou mais especificamente pela comunidade em que ele atua, demonstra a relevância do seu trabalho social e contribui para a qualificação do seu trabalho.

Segundo Souza (1996) “A qualificação docente é construída através das experiências e do processo de escolarização”. Em outras palavras só se aprende a ser professor (a) sendo, na prática cotidiana, ensinando e aprendendo, errando e acertando, refletindo e recriando.

Na representação desta mãe, o que percebi é que ela se reporta somente à professora que atua juntamente a seu (sua) filho (a) de forma restrita:

“Não tenho o que falar ela está de parabéns, está ensinando muito bem”. (do lar, 35 anos-7ª série) Representação (13)

Para Moscovici (1978) as representações sociais são “sensações mentais”, de impressões que os objetos e as pessoas deixam em nosso cérebro. Elas efetuam sempre uma filtragem de informações possuídas ou recebidas pelo sujeito a respeito do prazer que ele busca ou da coerência que lhe é necessária.

Para esta mãe pensar no trabalho do professor lhe remeteu unicamente ao que estava ao seu alcance, ou seja, as impressões que ela tinha em sua mente já construídas acerca do trabalho realizado representado pela professora que atua com seu (sua) filho (a).

O fato de representar o trabalho do professor como algo positivo, não impedem a maneira como a sociedade ainda representa a profissão docente atrelada ao ‘ato de cuidar’ ou ‘tomar conta’ de crianças. Para esta mãe a dificuldade para a professora está neste fato e recorre a “Deus” como ser supremo no auxílio deste cuidado:

“Muito bom, porque cada dia que passa estou vendo o crescimento na aprendizagem. Acho muito difícil uma professora tomar conta de tanta criança, só Deus”. (doméstica, 37 anos) Representação (14)

Oliveira (2000) complementa que existe também o fato da profissão docente ser desvalorizada pelo simples fato de ser a mulher quem o realiza. As mulheres normalmente são vistas como mais inclinadas ao cuidado das crianças por serem representadas como uma extensão da maternidade.

Desta forma, cada aluno é visto como filho (a) “espíritual”, além de que a função docente não acabaria por confundir o papel de mulher na sociedade, podendo ampliá-lo ou sublimá-lo.

A necessidade dos estudos acompanharem o desenvolvimento das crianças é representada por esta mãe:

“Principalmente falando dos dias atuais, compreendo que é vital e muito bem feito. Está tudo mais adiantado, e vejo de forma positiva porque os estudos estão acompanhando o desenvolvimento das crianças”. (inspetora de qualidade, 43 anos) Representação (15)

Num mundo globalizado como o nosso no qual a cada dia nos deparamos com novas tecnologias e novos empreendimentos em que o homem busca de forma inesgotável a superação de si, acredito que o educador mais do que ninguém deve procurar também ajustar seus conhecimentos atrelados à curiosidade dos alunos que envoltos a um mundo informatizado e informado constantemente pela mídia, percebe o trabalho do professor um tanto ultrapassado, já que pouco se investe na formação dos educadores em nosso país.

Segundo Freire (1993) *“As educadoras precisam saber o que se passa no mundo das crianças com quem trabalham. O universo de seus sonhos, a linguagem com que se defendem, manhosamente, da agressividade de seu mundo. O que sabem e como sabem independentemente da escola”.*

E basta conversar com eles para compreender o muito que sabem e como podem nos ensinar; é só deixá-los falar e se apropriar através do que sabem para mostrar-lhe o que ainda não sabem. E para o professor, principalmente a linguagem é fundamental, pois sua principal ferramenta de trabalho é a palavra (CUNHA, 1989:38). A autora complementa que é através do uso da palavra que o professor constitui o seu cotidiano e o analisa, pois a linguagem nasce e encontra

referência na vida cotidiana, através das vivências e nas relações estabelecidas com os seus pares.

Segundo esta mãe a falta de apoio das autoridades, torna o trabalho do professor um tanto difícil, já que ele acaba por muitas vezes não tendo respaldo do estado nem autonomia para exercer sua função:

“Muito difícil, pois falta apoio das autoridades, não é fácil, mas faz parte do ofício”. (do lar, 37 anos-8ª série). Representação (16)

De fato no representar desta mãe percebe-se a complexidade do trabalho do professor, já que sem apoio, muitas vezes realiza seu trabalho sozinho desassistido pelos órgãos governamentais. Para Souza (1996), o professor assume a responsabilidade individual pela qualidade de seu trabalho, atribuindo à vocação e ao prazer as possibilidades de realização da formação de novas gerações; por outro, considera-se portador da não-qualificação para a realização do mesmo trabalho, consequência das condições e da organização do mesmo por parte do estado.

O professor atribui significado à qualidade do seu trabalho localizado principalmente na aprendizagem de seus alunos, ou seja, em seu crescimento.

Esse significado nem sempre é valorizado economicamente pelo estado, porém, é valorizado socialmente pelo seu conteúdo simbólico. O professor como conteúdo simbólico é visto como um sujeito portador de mudanças, como possibilitador de transformação social .

Desta forma, o professor encontra muito mais valorização ao seu trabalho no plano simbólico, ou seja, no que representa para a sociedade do que a nível econômico, já que a desvalorização progressiva do salário do professor, aliada a perda do poder aquisitivo contribuiu muito para que os professores aumentassem sua jornada de trabalho, na intenção de que pudessem manter suas necessidades de consumo acessíveis.

Na visão deste pai o referencial para que o professor consiga desempenhar bem seu papel corresponde, a saber, passar os conhecimentos de forma simples e objetiva de modo que cativem o aluno de aprender. Também leva em consideração que o professor saiba exigir e dar respeito aos seus educandos:

“Com o que os professores tem em mãos o trabalho está saindo a contento. O professor precisa saber passar os conhecimentos adquiridos para os alunos, se impor em classe exigindo respeito, e dando respeito para poder formar uma base de amizade mútua. Passando os ensinamentos de uma forma simples e objetiva de modo que cativem e agrade as crianças de aprender”. (autônomo, 48 anos-2º grau) Representação (17)

Assim, cabe ao professor tornar a escola ou mais especificamente sua aula como algo agradável ao aluno, atendendo às suas necessidades e oferecendo situações de aprendizagem que o motivem a estudar. Souza (1996) exemplifica a aula, como “coisa” que o professor fabrica é, ao mesmo tempo, produto e processo, pois contém a atividade de pesquisa, de planejamento, de concepção-produto. Ao entrar em relação com o aluno, estabelece um processo de produzir outro produto: a aprendizagem.

Segundo este pai o professor precisa ter habilidade para transmitir com clareza e de forma objetiva o conteúdo a ser ensinado.

Freire (1993) faz considerações a este respeito enfatizando que ensinar não é só transmitir conhecimento para que o ato de ensinar se constitua como tal. É preciso que o ato de aprender seja precedido ou concomitante ao ato de apreender o conteúdo ou objeto desconhecido para que o educando se torne produtor também do conhecimento que lhe foi ensinado.

Em resumo, o professor ao fabricar sua aula, concebe um produto que ao entrar em contato com o aluno, estabelece um novo produto que é a aprendizagem, porém, para que essa aprendizagem aconteça de fato é preciso que o educando apreenda esse conteúdo para que ele também possa ser produtor de conhecimento.

Esse conhecimento de alguma forma precisa suscitar no aluno curiosidade de aprendê-lo e é aí que entra a perspicácia do professor em planejar uma aula prazerosa, motivadora, através de músicas, histórias, poesias, brincadeiras, ou seja, utilizando-se da ludicidade para envolver o aluno a querer aprender.

Quando este pai fala de que o professor precisa *“se impor em classe exigindo respeito (...)”*, Freire (1993) ressalta que o professor deve representar uma autoridade em sala e não o todo-poderosismo do professor autoritário, arrogante, cuja palavra é sempre última, nem a insegurança e a falta completa de presença e de poder.

O professor é figura importante na escola e principalmente em sala de aula que é o espaço de sua atuação, porém, precisa compreender a importância de seu fazer e valorizar-se, para que possa também ser valorizado por seus pares, isto incluem os alunos e toda a sociedade, precisa acreditar em seu trabalho como possibilidade de transformação e nunca negar-se a si mesmo.

Com relação a esta mãe, a forma de representar o trabalho do professor expressa-se de forma negativa, pois ela acredita que o ensino oferecido ‘antigamente’ se fazia mais eficiente do que atualmente já que alega que a maioria das crianças mal consegue aprender e mesmo assim são promovidas à série seguinte:

“Antigamente era mais rígido os professores, mais a criança passava de ano sabendo fazer. Hoje em dia não conseguem na maioria aprender.

Não vejo de forma positiva, porque eu não acho correto a criança ir de uma série para outra sem ter aprendido o conteúdo da série que está.

Espero que meu filho consiga aprender tudo e que realmente passe de ano se tiver condições. Também acredito que depende do professor”. (cabeleireira, 34 anos- 6ª série)

Representação (18)

Na fala desta mãe, o fato da escola não conseguir fazer com que a criança aprenda os conteúdos que são necessários para que ela possa seguir a outra série e passá-la de ano mesmo assim, são inconcebíveis segundo sua representação.

Acredita também que depende do trabalho que o professor realiza com o aluno para que ele consiga aprender.

Com certeza, o papel do professor é decisivo na formação pessoal e profissional dos alunos.

Da sua maneira de conhecer o aluno vai depender o relacionamento de ambos, pois ele passa aos alunos sua visão de mundo, e isso fica entranhado no estudante, muito mais que os conteúdos.

Ele educa mais pelo que ele é, pelos princípios que norteiam sua conduta, pelo exemplo, do que pelo conteúdo que ensina.

Para a família, o professor precisa ter domínio de seu conteúdo e o aluno precisa ter condições para se apropriar-se dele também, como também o educador precisa relacionar-se bem com seus educandos para que de fato a aprendizagem seja algo significativo.

Para esta mãe a dificuldade acerca do trabalho do professor não está concentrada na sua própria prática, mas nas estruturas do sistema educacional configurada segundo ela em salas com número excessivo de alunos, a falta de repetência e a falta de respeito com o professor:

“Não é fácil, muitas vezes não é culpa do professor e sim da falta de estrutura por exemplo salas numerosas, impede que o professor dê atenção a alunos mais fracos que não conseguem acompanhar a classe. O problema não está no ensino e sim na forma como vem sendo direcionado. A falta de repetência pode comprometer todo o aprendizado e a falta de respeito com o professor” (economista, 49 anos- superior). Representação (19)

Esta mãe em uma de nossas “Reuniões de Pais e Mestres” lembrava como era a escola em sua época. Dizia que ao passar em frente a qualquer uma delas o que se ouvia era um silêncio

absoluto, ao passo que hoje em dia segundo ela a mesma coisa não acontece, pois as escolas atualmente parecem uma ‘panela de pressão’ pronta a explodir. Mesmo eu explicando-lhe que as transformações ocorridas aconteceram também por questões sociais, estas refletidas nas mudanças de conceitos e valores que se expressam na maneira como a sociedade representa seu meio, mesmo assim ela acredita que o ensino mudou e para pior. Não atribui essa piora à prática do professor, mas o percebe como alguém que precisa ‘dar conta’ de tantas crianças numa sala onde caberiam 25 alunos confortavelmente ser preenchida por 34 alunos ou mais.

Segundo ela, este fato é absurdo, sem contar a questão da falta de repetência, pois ela acredita que o aluno precisa ter condições para passar a série seguinte e tanto a família quanto a escola precisam analisar de fato as condições reais do aluno para prosseguir à próxima série.

Outro fator que ela alega prejudicar o ensino é a questão da falta de respeito do aluno para com o professor, que no ‘tempo’ dela, professor era uma figura de extremo valor respeitado a ponto dele adentrar a sala e os alunos levantarem em respeito à sua presença.

Oliveira (2000) afirma que: *“Ao longo do tempo e do espaço, o professor assumiu diferentes lugares no imaginário social: ora figura de prestígio, ora figura secundária no campo da educação”*.

E sob este aspecto, Villela (2003), tece importantes considerações quando apresenta a figura do professor, representada pelo mestre-escola no início do século XIX e do prestígio que este assumira, perante a sociedade pelo seu poder de disciplinamento e de ordem moral. Poder este conseguido através do uso da palmatória.

Na verdade, esse respeito todo para com o professor se confundia muito mais, ao medo do castigo físico, da punição do que propriamente ao reconhecimento de sua imagem como figura importante na construção da cidadania.

Souza (1996), contribui alertando para o fato de que o professor que tem “problemas disciplinares” é considerado segundo a direção da escola e até mesmo pelos próprios colegas de trabalho e a comunidade em si, como um professor não qualificado para desempenhar sua função.

Se o professor não torna a classe interessada, é porque não sabe fazer seu trabalho e a disciplina está condicionada ao aluno gostar da aula e concentrar-se nela.

Enguita (1989), também aborda a questão do disciplinamento e da ordem moral através da escola, como pretextos, segundo os moralistas da época de gerar nos jovens formas de comportamento mais adequado para a indústria, através do ‘modelamento’, em aceitar sem questionamentos a nova ordem capitalista que se instaurava no século XVIII.

Malavazi (2000), expõe uma visão crítica quanto ao disciplinamento, imposto pela escola, como ponto fundamental para a formação educacional do aluno.

O professor se torna então, o principal mensageiro em incutir nas mentes dos pais, a necessidade do aluno se adequar as normas disciplinares pré-estabelecidas na instituição escolar.

A distorção compreendida pela autora nos modos como a escola tenta impor uma normatização da conduta e dos corpos, se expressa na troca de papéis entre família e escola.

A escola, por sua vez, tem dado maior importância aos aspectos disciplinares e “atitudinais” do que aos aspectos pedagógicos, e em contraponto a família, tem se preocupado mais com a questão do ensino de seus filhos do que instruí-los na educação e caráter.

Desta forma, a escola passa a interferir no familiar e a família no escolar. O que não aconteceria se ambas estivessem em comum acordo desde o início quanto as suas responsabilidades.

Segundo a autora, é preciso que se discuta o verdadeiro papel da escola na sociedade e o que cabe a ela desempenhar, como também deixar muito claro o papel da família enquanto interlocutora do processo pedagógico.

De fato estabelecer estes parâmetros quanto o que cabe a cada parte realizar não é algo tão simples assim. Há muito tempo a escola se preocupa em disciplinar, nos moldes capitalistas da sociedade burguesa.

O processo é moroso, mas precisa ser feito o quanto antes, quem sabe assim, a forma de representar o trabalho do professor e mais amplamente o da educação em si, possa ser visto num ângulo mais harmonioso do que somente restringir-se a culpabilizações de ambos os lados. Enquanto isso acontece, o capitalismo massacrante corrói sem piedade a população mais desfavorecida que busca na escola uma forma de ascensão social, direito este negado a tantos pelos interesses de poucos.

IX - CONJECTURAS ACERCA DAS REPRESENTAÇÕES CONSTRUÍDAS PELO GRUPO DE PAIS SOBRE O TRABALHO DOS PROFESSORES

Como objeto de estudo-a representação social se revela através do discurso. Os instrumentos utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa foram questionários enviados a um grupo de 34 pais da 2ª série a qual leciono, sobre o trabalho do professor, além de pesquisa bibliográfica sobre o assunto.

É importante salientar que dos 34 questionários enviados aos pais, obtive somente o retorno de 19 (55,98%). O interessante a ressaltar é que destes 19 questionários, 17 (89,48%) foram respondidos por mulheres e somente 2 (10,52%) respondidos por homens, o que nos levar a crer, que geralmente, são as mulheres as incumbidas da educação dos filhos, já que os homens por conta das atribuições profissionais acabam mais afastados das atividades cotidianas e escolares dos mesmos.

Analizando o conjunto das representações construídas pelo grupo de pais sobre o trabalho do professor, o que pôde ser evidenciado em termos de porcentagem é que cerca de 73,7% representaram o trabalho do professor de maneira significativa na educação das crianças, enquanto que 26,3% avaliam de modo negativo, porém, nem todas as representações se referiam de fato ao trabalho do professor em sua prática, e sim com relação à falta de estrutura do sistema escolar, número excessivo de alunos por sala, falta de respeito à figura do professor, entre outros fatores.

Muitos pais representam o trabalho dos professores, como um trabalho sério e de grande responsabilidade perante a sociedade.

Sua imagem associada ao crescimento do país evidencia a importância de sua atuação profissional, enquanto possibilitador na construção da cidadania e ao desenvolvimento do progresso da nação.

O professor é representado segundo os pais, como aquele que deve preparar o aluno para o futuro, pois em suas mãos estão muitas vidas que compostas por distintas histórias,

almejam alcançar o sucesso, e a educação torna-se assim, um dos meios possibilitadores para que de fato isto ocorra.

Ser professor, segundo as representações dos pais é 'doar-se', compartilhar conhecimentos estabelecendo uma relação de aprendizagem mútua e fortalecendo vínculos de amizade entre professor e aluno. O professor é a referência do aluno e diante disso, se torna compreensível que os pais tenham preferência por aquele profissional que demonstre tão logo sua competência através da capacidade para ensinar e acima de tudo de respeitar o aluno enquanto sujeito de direitos, mas também de deveres.

Se o professor precisa, então, respeitar o aluno em todas as suas dimensões, também se faz pertinente, que o aluno respeite o professor como algo natural, intrínseco, livre de cobranças, numa reciprocidade de ações entre ambas as partes.

O trabalho do professor também foi expresso pela dedicação, pelo esforço e pela atenção que deve despender na formação de seus alunos.

O ensino que o professor oferece, deve acompanhar o desenvolvimento e as transformações ocorridas na sociedade. Sendo assim, acredito que o professor precisa estar sempre em formação contínua, aperfeiçoando e refletindo sobre a prática constantemente.

Além de vital, o trabalho do professor deve ser daquele que busca incansavelmente o conhecimento como algo inesgotável, porém, é preciso reconhecer, que como qualquer ser humano possui limites, e, portanto o apoio da família e da escola é um fator imprescindível, para o desenvolvimento significativo do seu trabalho. A parceria entre família e escola projetadas em um único objetivo, só poderá resultar em sucesso para ambas as partes.

As representações sobre o trabalho do professor, refletem a imagem do profissional que necessita saber passar seus conhecimentos aos alunos de forma simples e prazerosa. Precisa compreender o aluno em suas dificuldades, sentimentos e expectativas, mas também deve ser exigente, 'cobrando' do aluno sua responsabilidade e motivando-o a querer aprender.

Sendo o professor, representado segundo os pais como aquele que detém grande parcela do conhecimento, ele precisa então, além de compartilhar, saber tirar todas as dúvidas do aluno com paciência, preocupando-se de fato se este aprendeu.

Preocupar-se com o aluno não se revela somente quanto à sua aprendizagem, o que de fato é muito importante, mas também com a realidade vivida por ele fora do ambiente escolar.

O modo como vive, como se enxerga e como representa o mundo, têm muito a ver com sua história de vida.

O professor acaba conhecendo um pouco de cada história, seja ela composta por alegrias ou tristezas, pois querendo ou não, este é o modo como muitas crianças encontram para desabafar suas angústias, medos, sonhos e frustrações, pois muitos alunos ‘enxergam’ o professor como a um amigo, a quem podem confiar seus segredos. Eu mesma guardo tantos...!

A profissão docente foi representada como aquela que necessita ter ‘dom’ para ser exercida, e que depende também do trabalho do professor para que de fato, ela seja significativa.

As mudanças significativas no ensino foram expressas nas representações de alguns pais, por meio de um conteúdo amplo, interpretado por mim como: atividades diversas, incentivos à leitura e à escrita, incentivo ao raciocínio lógico etc; e acreditam que desta forma, os alunos terão melhores oportunidades de conhecimento e possibilidades de desenvolvimento intelectual, despertando a curiosidade e a vontade de aprender, o que de fato também acredito.

Em meio a todas estas maneiras de representar o trabalho do professor de forma significativa, existem também aquelas que os pais caracterizam como obstáculos, que podem prejudicar a sua atividade docente. Estas permeadas por dificuldades relacionadas principalmente à falta de estrutura do sistema de educação em prover meios mais

adequados, para que o educador realize seu trabalho de forma autônoma, seguro naquilo que realiza de forma competente.

A falta de apoio das autoridades para uma formação e valorização da carreira, têm se mostrado como um dos grandes empecilhos para o exercício pleno da função docente em nosso país. A consequência disso têm sido desastrosa, já que muitos profissionais são colocados em atuação despreparados e mal pagos e precisam realizar seu trabalho a qualquer custo, pois ele sabe da grande responsabilidade que carrega na formação de seus alunos. Como se não bastasse, já que mal pagos, tendem a realizar dupla jornada para garantir o sustento da família e assim lhe sobra pouco tempo para planejar suas aulas e refletir sobre sua prática.

Atrelado a isso, existe também o fato deste professor que já inseguro sobre o seu fazer, precisar ensinar em uma sala com um número excessivo de alunos, e dar conta de manter os níveis de repetência baixos, pois sabe que somente ele será responsabilizado pelo Estado e perante a sociedade sobre o possível fracasso escolar de seus alunos.

Toda esta complexidade na atuação do professor, que mesmo mal preparado e remunerado realiza seu trabalho continuamente, ora sozinho, ora compartilhando com seus pares, têm representado numa sociedade capitalista, as precárias condições de um sistema educacional falido que não consegue encontrar seu próprio caminho, sem copiar distorcidamente 'modelos' educacionais de outros países, sem nem ao menos adequá-los à nossa realidade e oferecer condições para que de fato o professor possa torná-lo possível em seu discurso e ações.

Por esses e outros motivos, a carreira do professor foi se desvalorizando ao longo da história educacional de nosso país, opacizando sua imagem perante a sociedade e descaracterizando seu trabalho de educador, para reprodutor das desigualdades sociais.

X - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas análises por mim tecidas sobre as representações sociais de um grupo de pais acerca do trabalho dos professores, estas revelam a importância atribuída à figura do professor enquanto símbolo de referência no campo educacional, enquanto agente possibilitador de uma transformação social e na construção de uma sociedade mais humana e justa.

A sociedade embora desacreditada do poder público numa real melhoria na qualidade do ensino que oferece, consegue mesmo assim, expressar valorização no trabalho que o professor realiza em sala de aula, pois acredita em seu poder de mudanças se não total, pelo menos numa contribuição em parte por melhores condições de vida, desde que este tenha de fato um compromisso político com a educação que desenvolve com seus educandos.

O professor deve ensinar, mas deve apreender e compreender a forma de viver do aluno e de sua família, para então, torná-lo sujeito ativo do próprio conhecimento.

Conviver e aprender com o diferente respeitá-lo e através dele transformar as formas de relacionamento que hoje existem no universo escolar é uma forma de participar dos problemas ligados à educação.

A relação professor e aluno devem ultrapassar a idéia de uma relação autoritária e distante; o aluno não deve ser considerado como mais um integrante do grupo/turma, mas como um indivíduo com características próprias sejam elas culturais, sociais e afetivas. A família busca, então, no profissional que atua diariamente em sala de aula, ensinando, construindo e compartilhando conhecimentos, competência em seu discurso e ação, responsabilidade no que faz e acima de tudo capacidade para ir além das expectativas que supostamente atribui o Estado ao seu trabalho, já que investimentos sobre sua formação docente são poucas, enquanto que as cobranças sobre o seu trabalho são muitas.

O trabalho do professor se “materializa” no conhecimento que o aluno adquire, na satisfação em perceber que seu aluno (a) não será o (a) mesmo (a) que adentrou a sala de aula no início do ano cheio de expectativas e anseios, sem compreender ao certo o que lhe esperava.

A representação expressa no trabalho do professor, configura-se nas compreensões que as famílias visualizam no cotidiano escolar, seja numa correção do caderno, numa explicação bem formulada sobre alguma dúvida que ele tenha, num gesto de preocupação quando algo de inesperado acontece e nas relações entre professor e aluno calcadas no respeito mútuo.

O professor deve assumir uma postura enquanto pesquisador de sua própria prática, refletindo e reavaliando sempre, pois pelo seu trabalho é que se cria a ligação entre teoria e prática, na intenção que novos caminhos sejam traçados, novas palavras sejam incorporadas ao seu discurso, mesmo que seu tempo hábil seja escasso para isso, mesmo que tudo o empurre para o descontentamento e esgotamento da alma. Ainda assim, precisa acreditar em seu trabalho enquanto digno de apreço, enquanto conscientizador mesmo que a longo prazo.

A expressão do trabalho do professor comprometido com sua função, enquanto ação importante na formação dos indivíduos, favorece um modo de representá-lo pela sociedade, que ultrapassa a concepção de um trabalho meramente técnico e descompromissado, revela confiança, credibilidade e acima de tudo parceria entre ambas as partes numa construção mais estreita e positiva entre as relações família e escola.

Acredito que de tudo o que foi refletido por mim durante esta pesquisa, a representação social que expressei sobre o trabalho do professor que também se remete a mim como educadora que sou, é que enquanto profissional em atuação, não estamos totalmente desamparados e sozinhos em nossa caminhada, há uma parcela da sociedade que caminha junto a nós, que nos apóia, que acredita em nosso trabalho, que busca tanto quanto nós melhores condições de vida.

Há que se compreender, no entanto, que tanto a família quanto à escola necessitam da parceria, do diálogo e do respeito mútuo, para que desta forma, ambas certas de suas responsabilidades,

possam também cobrar as do Estado, na intenção de assim, alcançar uma educação mais justa, humana e democrática.

XI- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, Maria Isabel da. *O bom professor e sua prática* Maria Isabel da Cunha – Campinas, SP: Papirus, 1989. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

ENGUITA, Mariano F. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*, Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

EZPELETA, Justa; Rockwell, Elise. *Pesquisa Participante*. SP. Ed. Cortez, 1989.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, 1910-1989. Miniaurélio Século XXI: O minidicionário da língua portuguesa/Aurélio Buarque de Holanda Ferreira; coordenação de edição, Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira; lexicografia, Margarida dos Anjos...[et al.]. 5ª ed. revisão ampliada.- Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FONTANA, Roseli A. Cação. *Como nos tornamos professores?* / Roseli A. Cação Fontana. – Belo Horizonte: Autentica, 2000.

FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Olho d'água, 1993.

MALAVAZI, Maria Márcia Sigrist. *Os Pais e a vida escolar dos Filhos* / Maria Márcia Sigrist Malavazi. Campinas, SP: [s.n], 2000.

MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OLIVEIRA, Valeska Fortes (org). *Imagens de professor: significações do trabalho docente*. – Ijuí: Ed. Unijui, 2000.

PINTO, Andréa Gallani. *Representações sociais sobre a função do professor* / Andréa Gallani. – Campinas, SP: [s.n], 1997.

RANGEL, Mary. *A representação social como perspectiva de estudo da escola*. Tecnologia Educacional – V.22 (112) Maio/Jun. 1993.

SOUZA, Aparecida Néri de. *Sou professor, sim senhor!* Campinas: Papirus, 1996.

VILLELA, Heloísa de O.S. *O mestre-escola e a professora*, in 500 Anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2003, pp 95-134.

